



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Carla Caputo Souza Soares


**Fraseologia e estilo: um estudo sobre as
máximas do Marquês de Maricá**

Rio de Janeiro

2021

Carla Caputo Souza Soares

**Fraseologia e estilo: um estudo sobre as
máximas do Marquês de Maricá**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

M334 Soares, Carla Caputo Souza.
Fraseologia e estilo: um estudo sobre as máximas do Marquês de Maricá /
Carla Caputo Souza Soares. – 2021.
78 f.

Orientador: Claudio Cezar Henriques.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Letras.

1. Maricá, Mariano José Pereira da Fonseca, Marques de, 1773-1848 –
Crítica e interpretação - Teses. 2. Fraseologia – Teses. 3. Máximas
brasileiras – Teses. I. Henriques, Claudio Cezar, 1951-. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0(81)-95

Bibliotecária: Mirna Lindenbaum. CRB7 4916

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Carla Caputo Souza Soares

**Fraseologia e estilo: um estudo sobre as
máximas do Marquês de Maricá**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 28 de outubro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques (Orientador)
Instituto de Letras - UERJ

Profª. Dra. Denise Salim Santos
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Fábio André Cardoso Coelho
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

A Deus, sentido do meu existir!

Àquele que, mais que doutor e mestre, é um ser humano, e que dispôs de singular
humildade em acolher a mim e a minha simples ideia, restaurando-a e
proporcionando que dela brotasse vida! A ti, Professor Claudio Cezar Henriques,
minha eterna admiração!

Ao incansável Professor Bechara, nosso norte na Língua Portuguesa, que carrega
imensurável conhecimento, e que esbanja, primeiramente,
carinho por seus alunos.

AGRADECIMENTOS

À Virgem Maria, Aquela que, primeira e secretamente, ouviu o meu pedido mudo e desacreditado de realizar o sonho do mestrado em Língua Portuguesa.

Aos meus pais, pelos quais eu pude tocar a vida.

Às minhas primas, Marcela e Melina Bial, e à minha tia, Ligia Caputo, que me acolheram tantas e tantas vezes na cidade do Rio de Janeiro, com alimentos sobre a mesa, banho quentinho, cama cheirosa e boa prosa.

À Professora Denise Salim Santos, pelo conhecimento que transmite de forma tão doce e tão leve.

Ao Professor André Conforte, pelas contribuições e pela disponibilidade que proveu a mim diante das minhas dúvidas e inseguranças.

Que o sábio escute, e aumentará o seu saber, e o homem inteligente adquirirá prudência para compreender os provérbios, as alegorias, as máximas dos sábios e seus enigmas. O temor do Senhor é o princípio da sabedoria.

(Pr 1, 5-7)

RESUMO

SOARES, Carla Caputo Souza. *Fraseologia e estilo: um estudo sobre as máximas do Marquês de Maricá*. 2021. 78 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

O presente trabalho tem por objeto de estudo o conteúdo da obra *Máximas, pensamentos e reflexões do Marquês de Maricá*. Pretende-se mostrar que as máximas do Marquês de Maricá exibem um estilo marcado pela simplicidade de compreensão, pela clareza e pela concisão, sem deixarem de ser adequadas ao uso da norma padrão e ilustrativas de diversas figuras de linguagem, o que a configura como uma obra expressiva quanto ao estilo. As máximas foram escolhidas para serem escopo deste estudo por sua relevância no emprego de tais características. Num primeiro momento, apresenta-se o Marquês de Maricá e como se chegou à sua obra; posteriormente aborda-se o conteúdo de *Fraseologia*, o conceito dos *enunciados fraseológicos*, transmitindo uma breve noção sobre o conceito de *máxima*; subsequentemente, expõem-se 70 máximas selecionadas, as quais foram escolhidas de modo aleatório. São seguidas de um levantamento temático, estilístico e morfossintático, o que proporciona um olhar periférico e também central para as máximas.

Palavras-chave: Estilística. Máximas. Marquês de Maricá.

ABSTRACT

SOARES, Carla Caputo Souza. *Phraseology and style: a study about Maricá's Marquis maxims*. 2021. 78 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This present work has as the object of study the subject of the book “*Máximas, Pensamentos e Reflexões do Marquês de Maricá*”. It intends to show that Maricá's Marquis maxims exhibit a style marked by comprehension simplicity, by clearness and by concision, although the maxims are suited to pattern norms of the language and they are illustrative of many figures of speech, what sets it up as an expressive product about style. The maxims were chosen to be the goal of this study because of its relevance in the use of these characteristics. In the first moment, it shows Maricá Marquis and how it arrived in his writings; posteriorly it approaches Phraseology and phraseologicals statements concepts, introducing a brief concept of maxim; subsequently it exposes 70 selected maxims, those were chosen randomly. They are followed by thematic, stylistic and morphosyntatic survey, what provides a peripheral and a central view.

Keywords: Stylistic. Maxims. Maricá's Marquis.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	JUSTIFICATIVA	12
1.1	O Marquês de Maricá	12
1.2	Evanildo Bechara e o Marquês de Maricá	17
2	EMBASAMENTO TEÓRICO	21
2.1	Fragmento filosófico e base filosófica da língua	21
2.2	Fraseologia	24
2.3	Os enunciados fraseológicos e suas particularidades	31
2.4	A máxima	33
2.5	O caráter injuntivo das máximas	42
2.6	Estilo e Estilística	44
2.7	Estilística da enunciação	49
3	ESQUADRINHAMENTO DAS MÁXIMAS	51
3.1	Sobre as máximas do Marquês de Maricá	51
3.2	Levantamento temático, estilístico e morfossintático das máximas	53
3.2.1	<u>Máximas selecionadas do Marquês de Maricá</u>	53
3.2.1.1	Quantificação das máximas.....	66
3.2.1.1.1	Análise temática.....	66
3.2.1.1.2	Análise estilística.....	67
3.2.1.1.3	Análise morfossintática.....	69
3.3	Efeito discursivo das máximas	72
	CONCLUSÃO	74
	REFERÊNCIAS	76

INTRODUÇÃO

A palavra, principal instrumento da linguagem, a tudo deu início, desde os nascituros termos do primeiro livro da Bíblia, o livro do Gênesis. Por meio dela é que tudo foi criado e consolidado. Deus pronuncia aquilo que Ele deseja que se faça e assim é feito. Experimenta-se na narração da origem da vida o poder que a palavra possui dita pelo Criador. E tão perfeito é que Ele constata o que foi criado, caracteriza-o como bom e o separa do que é mau. Está na Bíblia e é por isso que assim começamos esta Introdução:

No princípio, Deus criou os céus e a terra. A terra estava informe e vazia; as trevas cobriam o abismo e o Espírito de Deus pairava sobre as águas.
 Deus disse: “Faça-se a luz!”. E a luz foi feita. Deus viu que a luz era boa, e separou a luz das trevas. [...]
 Deus disse: “Faça-se um firmamento entre as águas, e separe ele umas das outras”. [...] E assim se fez.
 Deus disse: “Que as águas que estão debaixo dos céus se ajuntem num mesmo lugar, e apareça o elemento árido”. E assim se fez. [...] E Deus viu que isso era bom.
 Deus disse: “Produza a terra plantas, ervas que contenham sementes e árvores frutíferas que deem fruto segundo a sua espécie e o fruto contenha a sua semente”. E assim foi feito. [...] E Deus viu que isso era bom. [...]
 Deus disse: “Façam-se luzeiros no firmamento dos céus para separar o dia da noite; sirvam eles de sinais e marquem o tempo, os dias e os anos; e resplandeçam no firmamento dos céus para iluminar a terra”. E assim se fez. [...] E Deus viu que isso era bom.
 Deus disse: “Pululem as águas de uma multidão de seres vivos, e voem aves sobre a terra, debaixo do firmamento dos céus”. [...] E Deus viu que isso era bom. [...]
 Então Deus disse: “Façamos o homem a nossa imagem e semelhança. Que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra”. [...]
 E assim se fez. Deus contemplou toda a sua obra, e viu que tudo era muito bom.

(Bíblia da Ave-Maria, Gn 1, 1-31)

José Luiz Fiorin (*apud* FEITOSA, 2017, p. 14) afirma que uma língua não é somente um instrumento apto à comunicação, desempenhando uma função simbólica extremamente relevante em meio a uma sociedade: ela é o mais expressivo sinal da nacionalidade.

A fala é um dom particular do *homo sapiens*, é uma habilidade desenvolvida por meio do sistema biológico, ósseo e muscular que reflete a cultura, as crenças, as marcas de um povo, por isso está recheada de traços etnológicos e sociológicos. É um instrumento simples para o homem, mas extremamente complexo, de forma que até os dias atuais busca-se entender mais sobre esse mecanismo, mas considera-se que seu objetivo maior é a interação social.

A língua, mesmo sendo um bem coletivo entre os seres humanos, não consegue transmitir integralmente a subjetividade experimentada e intencionada por cada um ao seu interlocutor, portanto, ela reorganiza o intrínseco nos moldes do código que veicula a comunicação. Para Azeredo (2010, p. 52),

Suas formas são como moedas, que circulam como meio de trocas. Assim como as moedas são portadoras de valor, as palavras são portadoras de sentidos. Tanto o valor quanto o sentido precisam ser compartilhados, ou a troca não pode acontecer. Esse “denominador comum” é a garantia da intercompreensão e persiste por força de uma espécie de acordo tácito entre os falantes da língua.

Usando a metáfora de Azeredo, é inegável reconhecer que precisa haver entre os falantes que trocam as moedas um consenso contextual valorativo, já que uma moeda cunhada com o número 1 poderá alcançar diferentes valias de acordo com o câmbio monetário do país em que ela circula. Ou seja, o sentido das formas da língua possui certa estabilidade, mas aceita variações. Parte-se do pressuposto de que aquilo que o sujeito é capaz de acessar quanto ao sentido é um efeito ideológico, assim como aquilo que ele é capaz de acessar como sujeito é a sua identidade. Sentidos e sujeitos estão intimamente ligados, produzindo significados e alterando-os, ou não.

O funcionamento da linguagem se baseia na relação entre paráfrases e polissemias: “Filiamo-nos a redes de sentidos, identificamo-nos com processos de significação e constituímos-nos com posições de sujeitos relativas às formações discursivas”, conforme explica Alvarez (2009, p. 496), que considera as unidades fraseológicas uma das formas de concretização da linguagem individual, sendo um traço de identificação social. O uso dessas estruturas retira o peso da formalidade, aprimora a comunicação, ressaltando o humor e a coloquialidade.

É extremamente importante dizer que universos distintos habitam as mentes humanas, apesar de estarem no mesmo mundo. Isso quer dizer que cada um interpreta o mundo com suas peculiaridades, sendo a estabilidade de sentido de suma importância para garantir minimamente o propósito comunicativo.

Azeredo (2010, p. 49) afirma:

Pela língua o homem exerce um poder de significação que transcende a função de nomear os dados “objetivos” de sua experiência cotidiana: o papel da linguagem na expressão de “conceitos potencialmente significativos” torna o ser humano capaz de criar os universos de sentido que circulam na sociedade sob a forma de enunciados/textos.

Um texto abarca a intenção daquele que o produz e agrega as informações que lhe são relevantes diante da intenção criadora. Dessa forma, ao ler um texto, lê-se também um pouco do delineamento do perfil do autor, seja no diário, na notícia, no anúncio, seja na carta, no artigo, na palestra, na entrevista ou até na receita culinária.

Há diversas considerações que buscam atestar que a linguagem reflete a visão humana, ou seja, pode ser comparada a um espelho. Mas será que essa imagem reflete fielmente o que se passa em cada mente, ou seria ela um espectro, ou até mesmo uma deformação? Há espaço para todas essas opções! Justifica Azeredo (2010, p. 46) que “a linguagem não retrata o mundo, simplesmente porque o mundo expresso pela linguagem não é um mundo de seres e objetos, mas um mundo de significados. Se a linguagem fosse um retrato do mundo, a ficção e a mentira seriam impossíveis”.

Com a intenção de explorar o produto da palavra, ou seja, a **linguagem**, vale observar a seguinte descrição de Azeredo (2010, p. 57):

É certo afirmar que a linguagem humana é um fenômeno de natureza múltipla, no qual interagem fatores biológicos, psicológicos, afetivos, culturais, sociais e formais. A língua é uma forma de conhecimento e um meio de construir, estabelecer, manter e modificar relações com os outros. Por isso mesmo, uma mesma pessoa é capaz de utilizar diferentes “estilos” ou registros de língua, conforme o contexto ou as finalidades da comunicação: quando se dirige a um adulto ou quando fala a uma criança, quando fala a pessoas reunidas em um auditório ou quando conversa de modo descontraído numa roda de amigos, quando escreve uma carta de um candidato a um emprego ou quando comparece para uma entrevista a esse mesmo objetivo, quando relata um acontecimento ou quando dá um conselho a alguém.

Alcançando-se a forma mais próxima ao ideal, a linguagem humana tem a potencialidade de exprimir as principais distinções entre os idiomas e, conseqüentemente, “os modos peculiares de expressão diferenciados dos idiomatismos dos povos encontram sua razão de ser no que os homens habitualmente presenciam”, diz Alvarez (2009, p. 494).

O objetivo geral deste estudo consiste em apresentar a linguagem pelo viés fraseológico tendo como instrumento as máximas, os pensamentos e as reflexões do Marquês de Maricá, os quais foram usados como abonação por muitos de seus leitores, entre os quais se inclui o nome de Evanildo Bechara, conforme veremos nas páginas adiante. Pretende-se aqui explorar seu estilo e a expressividade das figuras de linguagem diante de um leque temático.

1 JUSTIFICATIVA

A escolha pela obra do Marquês de Maricá teve por motivação o fato de que uma produção de tal volume, composta inteiramente por fragmentos, sem se ater especificamente a um tema ou tecer um enredo, e que traduza tanta sabedoria, apresenta uma sobriedade envolvida num mistério e cercada por um tom poético e reflexivo. Cada fragmento representa uma semente que se planta na mente e da qual resulta um crescimento e frutos singulares. Há um caráter instrucional dentro da obra do Marquês de Maricá, e isso se aplica a reflexões sobre traços de personalidade, valores, virtudes, características pessoais, pensamentos, sentimentos, devaneios, ilusões, vicissitudes, desvios e corruptelas humanas.

Na fraseologia vale mais a estrutura que as palavras isoladas, por isso as máximas de Maricá, por terem coesão relativa, encaixam-se no conceito de séries fraseológicas, ou enunciados fraseológicos, mas não se definem como um grupamento fraseológico por não serem cristalizadas pela tradição popular.

1.1 O Marquês de Maricá

Mariano José Pereira da Fonseca, o conhecido Marquês de Maricá, foi um escritor, filósofo e político brasileiro. Nasceu no Rio de Janeiro, no dia 18 de maio de 1773. Era filho do comerciante português Domingos Pereira da Fonseca e da brasileira Tereza Maria de Jesus. Aos onze anos foi para Portugal.

O Marquês de Maricá teve uma formação exímia, o que é provado pela sua habilidade e domínio linguísticos, como assevera Francisco Sotero dos Reis (2014, p. 271): “A educação que recebeu foi das mais esmeradas, como o está mostrando a sua muita proficiência nas letras, atestada pelos preciosos escritos que nos deixou” – a começar pelo colegial no Real Colégio de Mafra, onde realizou o curso secundário, estudou latim, retórica, lógica, francês e grego quando tinha de 11 para 12 anos.

Ao concluir esses estudos, após três anos, ingressou na Universidade de Coimbra, fez exames preparatórios para o curso jurídico, mas não pôde matricular-se por não ter 16 anos completos, conforme os estatutos exigiam. Então matriculou-se na faculdade de matemáticas e filosofia, bacharelou-se e logo voltou ao Brasil devido à morte de seu pai e às questões que a

envolviam. Regressou ao Rio de Janeiro e participou do grupo da Sociedade Científica e Literária, liderado por Silva Alvarenga, criada no governo do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, em 1788.

Américo Jacobina Lacombe (*apud* HOLANDA, 1960, p. 406) assim se refere à Sociedade Científica e Literária: “Do discurso proferido pelo seu presidente Joaquim José de Ataíde no primeiro aniversário da fundação, deduz-se que a sociedade estava realmente voltada para os temas científicos...” E permaneceu assim até meados de 1790, ano em que o conde de Resende sucedeu o vice-rei, e as reuniões foram finalizadas.

Em 1794, período em que as ideias políticas obtiveram espaço no Brasil, após a morte de Tiradentes e, no mundo, com a propagação dos princípios das Revoluções Americana e Francesa, essas reuniões ganharam força novamente. O poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, um dos seus participantes, começou a conduzir as discussões científicas para segmentos políticos e filosóficos. Alguns membros da Sociedade acabaram denunciados como conspiradores e presos na fortaleza da Conceição, entre eles figurava o nome do futuro Marquês de Maricá, que somente mais de dois anos depois foi liberto pelo ministro conde de Linhares, sem que fosse encontrado o fundamento para a sua acusação.

Como consequência de tais fatos e das possíveis ideias liberais da juventude, Mariano adotou uma postura conservadora (o que explica muito do perfil traçado em suas máximas). Em 30 de junho de 1800, casou-se com Maria Barbosa Rosa do Sacramento, senhora muito notável por suas virtudes e habilidades, e assim galgou postos na vida pública brasileira. Tiveram uma filha e quatro filhos. Militou na vida pública brasileira a partir de 1802 e nela permaneceu até a morte.

Ainda sob o domínio português, o Marquês de Maricá ocupou diversas cadeiras, dentre elas a de deputado de Agricultura da Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro, deputado da Junta do Comércio na sua criação pela extinção da Mesa da Inspeção, diretor tesoureiro da Real Imprensa, sem que para isso recebesse qualquer salário, administrador tesoureiro da Fábrica de Pólvora, deputado tesoureiro do Tribunal do Arsenal do Exército, quando abolido o lugar de tesoureiro da Fábrica de Pólvora, Censor Régio por provisão do desembargo do paço. Durante o reinado de D. João VI, realizou muitas conferências assistidas por ministros de estado e já se destacava por seu notável perfil estadista.

Após a proclamação da independência, foi designado para exercer o cargo de ministro da Fazenda, de 1823 a 1825, justamente por apresentar inquestionável capacidade nesse campo. Foi em seu exercício, em 1824, que D. Pedro I concedeu ao Brasil a constituição pela qual foi regido.

Em 1826, foi eleito senador do Império do Rio de Janeiro, sua província natal. Conforme a constituição, foi um dos primeiros conselheiros de estado e só deixou esse exercício pela extinção do cargo, mas continuou recebendo o ordenado e também os louvores.

Comprovando o primoroso conhecimento e dons do marquês, Reis (2014, p. 272 e 273) assim o apresenta:

O seu saber e talentos, dando-o a conhecer, não só o elevaram em breve aos primeiros cargos, honras e dignidade que podem caber a um cidadão num país constitucional, mas lhe assinalaram também um lugar distinto entre os nossos melhores estadistas. [...] A sua reputação de estadista acha-se comprovada pela parte ativa que tomou na confecção do belo código fundamental que possuímos, um dos mais perfeitos que se conhecem, e dos que têm tido mais longa duração. Não é, porém, como estadista que tenho de aquilatá-lo, e sim como literato, e dos mais distintos.

Mariano José Pereira da Fonseca recebeu primeiro o título de visconde e, posteriormente, ainda no primeiro reinado, o de Marquês de Maricá. Suas máximas foram publicadas após essa nomeação. Sua esposa, que faleceu em 1840, também foi agraciada com o título de Marquesa de Maricá, tendo recebido, ademais, a grã-cruz da Ordem do Cruzeiro e a comenda de Dama da Imperatriz.

O Marquês de Maricá faz questão de declarar publicamente que todas as suas posses eram fruto da herança que recebeu do pai, o qual fora destacado negociante e que por meio das suas economias, da ordem, do trabalho e da inteligência, além do rendimento dos seus ordenados, conquistou fartura e prosperidade. Assim se sustentam as informações sobre sua integridade, conforme observa Reis (2014, p.273):

Assim este insigne varão era ornado de todas as virtudes que devem constituir o bom cidadão e verdadeiro sábio. Os seus longos serviços ao país são atestados pelos mesmos importantes e elevados cargos que exerceu, tanto de nomeação do impetrante, como de eleição popular, e ainda pelas honras e título com que foi remunerado por bem haver servido.

O Marquês de Maricá ficou célebre com a obra de filosofia moral: *Máximas, Pensamentos e Reflexões*, a qual é objeto de estudo do presente trabalho. Vieira (2018, p. 217 n.24) comenta-a brevemente: “Autor de um único livro, póstumo, intitulado *Máximas, Pensamentos e Reflexões*, Mariano José Pereira da Fonseca – o nobre Marquês de Maricá – se presta com justeza à tradição didática, pois apresenta frases corretas, com completude de ideia e ensinamento moral”.

O Marquês de Maricá começou a publicá-las em 1813, no jornal “O Patriota”, no Rio de Janeiro, assinando como “Um Brasileiro”. A partir de 1839 até o ano de 1848, editou a coletânea de suas máximas, compilando-as em seis volumes. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 16 de setembro de 1848.

Sobre o jornal “O Patriota”, Veríssimo (1915, p.83) diz o seguinte:

Uma das manifestações espirituais mais interessantes do sentimento público brasileiro no momento que precedeu a independência é o aparecimento, em 1813, no Rio de Janeiro, do *Patriota*, jornal literário, político, mercantil, etc. Fundou-o e dirigiu, e publicou-o na Imprensa Régia, criada em 1808, pelo príncipe regente, Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, polígrafo baiano, formado em Portugal, matemático, engenheiro, economista, poeta e jornalista, homem, como tantos outros naquele fecundo período da nossa formação nacional, cheio de boa vontade. [...] Nos dois anos completos que durou, foi o *Patriota* um centro de convergência do trabalho mental brasileiro, particularmente aplicado ao estudo das cousas do país, e nele colaboraram, com alguns dos poetas citados, Pedra Branca, Silva Alvarenga, José Bonifácio e todos os homens doutos do tempo que deixaram qualquer sinal de si nas nossas letras, marquês de Maricá, Camilo Martins Lage, Pedro Francisco Xavier de Brito, Silvestre Pinheiro Ferreira, José Saturnino da Costa Pereira, etc. O Brasil e tudo quanto lhe interessava o conhecimento e o progresso eram os seus assuntos prediletos.

Maricá é reconhecidamente o primeiro moralista da literatura brasileira, era seguidor do estilo clássico dos moralistas franceses. Sobre ele, diz Veríssimo (1915, p.83): “É, pois, segundo a qualificação moderníssima e depois do autor do *Compêndio do peregrino da América* e de Matias Aires, o primeiro moralista da nossa literatura”. E Moisés (1983, p. 205): “O Marquês de Maricá é o primeiro brasileiro, e praticamente o único que, na esteira de La Rochefoucauld, se dispôs a concentrar em máximas as suas meditações de ordem ética”.

Veríssimo (1915, p. 83), embora reconheça o valor do Marquês de Maricá, também tece críticas contundentes a ele, dizendo que “suas obras não têm qualidades que nos permitam lê-las sem fastio e displicência”. E continua discordando de Sotero dos Reis que o compara ao moralista francês La Rochefoucauld, dizendo que “equiparar, por exemplo, o Marquês de Maricá a La Rochefoucauld é um despropósito que por si só bastaria para desqualificar a capacidade crítica e a inteligência literária de Sotero do Reis”. E diz que o Marquês de Maricá “repete os lugares comuns da ética contemporânea, mistura de cristianismo sentimental e de liberalismo político”, afirmando que falta profundidade em sua literatura: “À sua observação falta finura e penetração, ou originalidade. Faz parte da vulgar sabedoria comum [...] O escolha do gênero é a banalidade, clara ou mascarada com o paradoxo ou a singularidade”. E conclui: “Nem por isso perdem as suas *Máximas* a importância que lhes assinalei de primeiro exemplar de moralismo leigo e literário em nossa

literatura”. E quanto à leitura afirma que “pode ser agradável e proveitosa, porque o essencial é são e a forma escorreita, sem rebusca indiscreta de purismo e já do nosso tempo e gosto”.

Contrastando a visão de Veríssimo com a de Sotero dos Reis, constata-se que o Marquês de Maricá foi um dos autores escolhidos a dedo por ambos para análise minuciosa dos textos que lhes são próprios. Reis (2014, p. 26) “registra o início da história literária brasileira com os poetas que considera ‘precursores’ da tradição [...] para depois trazer aqueles que considera os representantes da literatura brasileira propriamente dita, os escritores que comportam o período posterior a 1822”. Dentre os seis selecionados, está Maricá, a quem classifica como um dos prosadores mais notáveis: “o primeiro (Maricá) é um modelo de estilo conciso e sentencioso onde há muito que aprender para os homens de todas as condições”. Fecha a lição dizendo que: “Porei aqui termo ao meu discurso de hoje, dizendo-vos em conclusão que uma nação que apresenta [...] um sábio e profundo moralista como o marquês de Maricá, já tem direito a ocupar um lugar distinto entre os povos cultos do Universo”.

Maricá, infelizmente, não goza da aceitação pacífica da crítica, e isso talvez explique sua ausência nos ambientes universitários e nos estudos de língua e literatura – este trabalho pode ser uma contribuição para o resgate inicial de sua obra. Atestam o azedume citado duas passagens de importantes obras e referências:

Somente a pobreza da nossa literatura moralística poderia justificar a relativa notoriedade alcançada pelo Marquês de Maricá. (PAES, 1967, p. 150)

Faltou em Maricá a penetração do pensamento, a sutileza e a originalidade de expressão. (LUFT, 1969, p. 205)

Sotero dos Reis (2014, p. 270), porém, deu a Maricá o cognome de “La Rochefoucauld brasileiro” e o classifica como superior, tanto na escolha quanto na amplitude aplicável de suas máximas. E continua a tecer-lhe elogios:

É um escritor que muito honra o Brasil com seus escritos justamente apreciados, não só entre nós, mas em toda a Europa, e não tem no seu gênero rival na língua portuguesa, que enriqueceu com um sem número de frases concisas e sentenciosas que dão muita graça e energia ao dizer.

Há homens que se encarregam de pensar pela humanidade e em benefício dela; a Antiguidade os chamava *sábios* e os cercava de toda sorte de considerações; os modernos, mais apreciadores dos inventos que concorrem para a perfeição das ciências físicas, não lhes têm até hoje dado um nome especial designando-os genericamente sob o de filósofos moralistas. O Marquês de Maricá pertence a esta classe respeitável de homens superiores que pensam pelos outros homens; é um sábio, na acepção em que a Antiguidade tomava esta palavra, e dos mais distintos com que se honra a nossa espécie.

Há também registros de poesias não catalogadas, mas o seu honroso legado literário foi o livro das máximas, no qual trabalhou por 13 anos e com o qual enriqueceu a literatura brasileira com uma obra singular, tal é a beleza dos pensamentos morais que expõe. A obra é finalizada pelo epítáfio que o autor escreveu para si mesmo:

“Aqui jaz o corpo
Do marquês de Maricá:
Quem quiser saber-lhe da alma
Nos seus livros a achará”.

1.2 Evanildo Bechara e o Marquês de Maricá

A curiosidade e o encanto pelos escritos de Marquês de Maricá surgiram através da leitura e do estudo da gramática do professor Evanildo Bechara, o qual os utiliza fartamente como exemplos em suas lições. Era um traço comum, nos livros de natureza didática, incluir em suas preocupações um ensinamento pedagógico, além dos aspectos técnico e descritivo referentes à disciplina,

Claudio Cezar Henriques, discípulo e colega do eminente filólogo, foi quem teve a iniciativa de perguntar ao professor Bechara por que ele havia escolhido os escritos do Marquês de Maricá para usar como principal abonação dos itens da sua gramática¹. Bechara respondeu que dois motivos principais haviam sido levados em conta por ele: (i) cada máxima representa, por si só, um texto completo, diferentemente das exemplificações retiradas de outros tipos de fontes, às quais falta muitas vezes a contextualização necessária; e (ii) as máximas continham ensinamentos morais e educativos, algo que uma obra voltada para o ensino precisa sempre considerar. Assim, segundo Bechara, além de encontrar nas máximas uma abonação de inegável valor linguístico, o estudante também poderia ter acesso a uma frase que lhe servisse como material para reflexão e inspiração.

¹ HENRIQUES, Claudio Cezar. “O cânone linguístico-literário na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara”, artigo publicado em 1998, anterior, portanto, à edição revista e bastante ampliada, lançada em 1999 – a qual, diga-se de passagem, manteve o expressivo total de exemplos do frasista carioca.

Até meados do século passado, havia um comprometimento pedagógico das gramáticas e livros didáticos em cumprir não só com a descrição/prescrição da língua, mas em selecionar textos que compusessem um exemplário representativo de nossa literatura e que contribuíssem para a formação da juventude. A partir da década de 70, após a reforma que rebatizou a disciplina Língua Portuguesa como Comunicação e Expressão, iniciou-se o uso de textos de natureza variada, a inclusão de material jornalístico, publicitário, humorístico, relegando muitas vezes a literatura para um plano menos destacado.

A primeira edição da gramática de Evanildo Bechara, é importante lembrar, surgiu como uma das consequências da portaria do MEC que fez vigorar o texto da Nomenclatura Gramatical Brasileira, acarretando transformações significativas nas obras gramaticais já publicadas.

Evanildo Bechara (*apud* HENRIQUES, 2020, p. 74) recorda o fato:

A Companhia Editora Nacional me chamou em 1960 para fazer uma atualização da gramática do Eduardo Carlos Pereira. Eu então comecei pela fonética. Era apenas um capítulo e, naquela época, já havia muita coisa diferente. Preparei o texto e entreguei à editora, que, quando o viu, me disse: “Isso aqui é um outro livro. É melhor que o senhor faça então a sua gramática”. Assim eu fiz, embora estivesse moralmente comprometido a guardar aquela tradição do Eduardo Carlos Pereira.

A *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, publicada em 1961, é referência para todos os que estudam ou se interessam pela língua desde a sua origem. Vieira (2018, p 216) afirma:

Por todo o século XX, a gramática de Bechara muito contribuiu para suprir as necessidades normativas e metalinguísticas de professores, alunos e estudiosos da língua portuguesa, consolidando-se como obra de referência. Ainda é uma das gramáticas mais vendidas no Brasil no século XXI [...]. Bechara não teve a intenção de romper com a exposição tradicional de Pereira e, nesse sentido, dispôs o conteúdo da gramática de acordo com seus predecessores e, necessariamente com a NGB; todavia, adicionou elementos dos estudos modernos da linguagem.

A gramática não sofreu maiores alterações até a 37ª edição, de 1999, quando passou de 374 para 671 páginas. A edição atual (39ª) conta com 720 páginas e promoveu novas alterações e atualizações. No prefácio da última edição, Bechara assertivamente fala sobre sua intenção:

[...] sempre foi nosso propósito estar atento às lições oferecidas pela Linguística Teórica bem como pela investigação dos meios de expressão no exemplário dos chamados mestres do idioma, os escritores mais atentos à língua exemplar [...] e registrar fatos atuais que refletem a evolução da língua, abonando-os com os melhores escritores do nosso tempo.

É importante destacar que tal gramática é um livro de referência tanto para os estudos do português europeu quanto para os do português brasileiro. Diz Henriques, o qual será usado para esta citação e nas duas subsequentes, que ela consta (1998, p. 29):

[...] na bibliografia oficial de todos os cursos de Letras das universidades brasileiras – e isto pudemos comprovar com os dados colhidos na pesquisa que ora desenvolvemos junto ao Departamento de Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa e Filologia do Instituto de Letras da UERJ, intitulada *Cânon gramatical brasileiro contemporâneo*.

Não é exagero, pois, afirmar que o Marquês de Maricá ganhou uma nova vestimenta depois que foi escolhido pelo professor Bechara para as abonações de sua gramática. Tal fato justifica amplamente por que um escritor recebe uma espécie de “carimbo de qualidade” linguística ao ter o seu texto citado como exemplo em gramáticas normativas. Segundo Henriques (1998, p. 26):

Digamos então que, nessa gramática, quando é preciso abonar uma estrutura sintática ou um determinado emprego vocabular, reconhecemos que o trecho escolhido de um autor serve não apenas para comprovar a regra ou a exposição gramatical, mas também para atribuir ao autor selecionado um nível de excelência diante do eventual leitor da obra teórica.

Com isso, além de valorizar o autor, o gramático dá a ele a sua própria aprovação linguística. Henriques dá a esse fenômeno o nome de “canonização linguístico-literária” e explica:

Afinal, quando um gramático escolhe a frase de um escritor para explicitar, por exemplo, uma oração subordinada substantiva objetiva indireta, sua opção recai sobre alguém que já é possuidor de uma “autoridade literária” – se não, de nada serviria identificar o autor da frase. Em contrapartida, ao citar esse escritor, o gramático também acaba por conferir a ele uma proclamada “autoridade linguística”. [...] Para Mattoso Câmara Jr. (DLG, p.73), este qualificativo seria aplicável “ao escritor que [...] tem uma linguagem disciplinada, coerente e precisa” [...] Para Jean Dubois (DL, p.112), “clássico” seria um tipo de escritor que “pode ser apresentado como modelo de boa linguagem”. [...] (1998, p.26)

Rocha Lima, na Introdução de sua *Gramática normativa* (1992, p. 7), também apresenta o mesmo argumento:

Fundamentam-se as regras da gramática normativa nas obras dos grandes escritores, em cuja linguagem as classes ilustradas põem o seu ideal de perfeição, porque nela é que se espelha o que o uso idiomático estabilizou e consagrou.

Henriques expõe o levantamento feito das “citações literárias” da *Moderna Gramática Portuguesa*, valendo-se da edição da Cia. Editora Nacional. No artigo, o autor não considerou o capítulo “Noções elementares de versificação”, já que nele as abonações são específicas do âmbito da literatura, e o Apêndice, o qual apresenta um uso linguístico-literário de características variadas. Dentre os 722 exemplos para os comentários e definições de conteúdos gramaticais, o Marquês de Maricá figura como o mais citado, com 191 ocorrências. Alexandre Herculano, segundo colocado, aparece com 155 frases, e Machado de Assis, terceiro, com 121. A supremacia do Marquês de Maricá nas abonações do professor Bechara justifica-se, como dissemos, pelo fato de o Marquês de Maricá atender aos objetivos didáticos do gramático, por as construções de Maricá apresentarem as correções linguísticas necessárias, além de completude de ideias e ensinamento moral. Foi esse trio de características que deu a elas a reverência do autor da gramática.

A *Moderna Gramática Portuguesa* contabiliza 722 frases que servem como abonação para construções do português. Destas, 191 são do Marquês de Maricá.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Entendendo-se que o estudo das máximas do Marquês de Maricá pode ter uma base teórica diversificada e, com o intento de lograr essa fundamentação, buscamos o conceito de fragmento filosófico para sustentar a ideia da integralidade da máxima; de Fraseologia, que abarca locuções, expressões, provérbios, ditados, etc. – ou seja, tudo aquilo que se cristalizou na língua; recorreremos aos enunciados fraseológicos, nos quais encaixamos as máximas; e, então, expomos uma suposta descrição de máxima e do seu tipo discursivo. Em seguida, procedemos ao estudo da Estilística.

2.1 Fragmento filosófico e base filosófica da língua

Se se estuda um pouco mais da história das línguas, facilmente descobrem-se as raízes filosóficas nas quais nasceram.

Como afirma Vieira (2018, p. 23), “o desejo insaciável de conhecer a realidade circundante era próprio dos filósofos gregos da Antiguidade. A filosofia abrangia todos os setores do conhecimento humano, inclusive o que concerne à linguagem”.

Não há clareza de que os filósofos se interessavam pelas línguas em si mesmas, mas acredita-se que havia uma motivação externa vinda do contato com povos de línguas diferentes e da ocorrência de variações dialetais existentes na própria comunidade grega; também pela busca por desvendar indagações lógico-filosóficas através da linguagem, assim como para obter vantagens retóricas, persuasivas.

No século III a.C., com os estoicos, as questões linguísticas passam a ser tratadas em obras específicas e de maneira ordenada, havendo o reconhecimento de um domínio dos estudos linguísticos dentro do campo da filosofia, com a convicção de que a língua era a expressão do pensamento e dos sentimentos. Seguidores do estoicismo ocuparam-se dos estudos da pronúncia, da etimologia e da gramática, inicialmente, apenas a serviço das investigações filosóficas.

Dessa forma, foram os filósofos que deram as bases reflexivas que geraram as gramáticas alexandrinas, anunciadoras de uma tradição milenar. E, assim, os gramáticos alexandrinos são legatários dos filósofos gregos.

A filosofia não é uma área que seja de desfrute restrito aos técnicos, ou seja, aos filósofos, mas uma área que convoca o ser humano de forma abrangente e acolhedora diante de suas capacidades, como ser pensante, como aquele que fala e que escreve, sem necessariamente exercer um cargo de tal competência. Mas aqueles que o exercem são mais atraídos ao conhecimento do estudo da sabedoria. É comum que a filosofia não se apresente com traje a rigor ou passeio completo, mas que ela esteja diluída em doses homeopáticas, em forma de fragmentos, poemas, diálogos, cartas, ensaios, confissões, meditações, com comentários adicionados. É essa versatilidade adaptativa da filosofia que lhe permite tramitar em diversos segmentos textuais e a torna mais diluente, proporcionando uma abertura reflexiva.

Na apresentação do livro de Schlegel (1997), Márcio Suzuki diz:

O fragmento como forma de expressão filosófica é uma descoberta de dois românticos alemães, ambos chamados Friedrich. Um deles, Friedrich, von Hardenberg, mais conhecido como Novalis, cultivou esse gênero de uma maneira ao mesmo tempo mais sóbria e mística, mais poética e reflexiva. Concebia os seus fragmentos como “sementes literárias”, como “grãos de pólen”, que deveriam ser acolhidos e estudados como “textos para pensar”. Embora esse caráter seminal também seja decisivo em Friedrich Schlegel (o outro Friedrich romântico a lançar mão do novo gênero), este utilizou o fragmento de uma maneira mais prosaica, concebendo-o não somente como “fermento” da reflexão, mas também como instrumento da crítica e da polêmica. O fragmento é, para ele, a forma genuína da filosofia crítica, que não pode aceitar e deve estar sempre pronta para combater a letargia de qualquer pensamento que se apresente como um sistema acabado, pois a filosofia só existe como um sistema em vias de realização, como um “sistema de fragmentos”.

Parece, talvez, que ainda haja uma ideia incutida de que o fragmento é um trecho reducionista demais para obter esse alcance cognitivo. Pensa-se que, em um trecho curto e profundo, ainda que subjetivo, pode-se encontrar mais objetividade e prática quando se atinge o ponto exato. Como diz Suzuki no prefácio (In: SCHLEGEL, 1997, p. 12):

Em vez de sintoma de um fracasso intelectual, a percepção da fragmentação e do dilaceramento da consciência poderia ser antes considerada como um dos instantes em que o idealismo alemão se dá conta de seus limites, em que passa a investigar seus próprios pressupostos e a corrigir seus desvios: abdicar da pretensão de estabelecer, pelo viés da teoria, um sistema do saber absoluto, minimizando o alcance especulativo da dialética.

Suzuki prossegue e trabalha insistentemente com o intuito de diluir a pesada teoria filosófica e fazê-la mais acessiva e objetiva:

[...] já desde o início se mostra reticente quanto ao ideal de sistematicidade pelo qual a filosofia pretende adquirir foros de ciência. Seus anos de aprendizado filosófico poderiam ser entendidos como ensaios sucessivos de solução deste problema inicial: despir a filosofia de seu aparato artificial, tecnicista, tentando torná-la tanto quanto possível apta a expor o saber na figura original em que ele mesmo imediatamente se manifesta.

O objetivo principal é tornar o texto mais claro e compreensivo a fim de que se possa não apenas entender a “presumida unidade e coerência do saber, mas também como ocorre a ‘conexão necessária’ daquela forma originária da filosofia”. Para Schlegel, alcançar o princípio sistematizador significa descobrir o fragmento, e nele, a “forma da filosofia universal”. Assim, Schlegel tem por atribuição inicial evidenciar que há na consciência, uma “primordial e inevitável inclinação para o fracionamento”.

É preciso reconhecer que quando um autor consegue imergir num conteúdo, esquadrihá-lo e trazê-lo de forma simples e sucinta aos leitores, isso demonstra um dos mais altos graus de inteligência, já que implica não só o conhecimento, mas dar condições para que o outro alcance o mesmo conhecimento, ou seja, é uma forma ímpar de ensinar aos demais. Quanto à poesia, ainda diz Suzuki:

A própria maneira de atuar do poeta teria de ser o fundamento da distinção entre as espécies de poesia: se o poeta não abre mão da esperança de ter, de uma só vez, toda a poesia e se não se divide em partes, não há poema determinado, nem divisão-classificação dos gêneros; se não se separa de uma parte de si mesmo, não há formação, não há constituição de uma forma.

Digamos então que essa ruptura, ou essa desintegração, se assim se pode chamar, não tem o fim de aquebrantar a unidade, pelo contrário, mas de trazer as peças para que o quebra-cabeça seja montado, são peças que dão unidade e coesão a todas as particularizações, fazendo haver não uma dissociação, mas uma “congenialidade”. Surge uma combinação que gera uma complementaridade. Os conceitos sobre unidade e divisibilidade se contradizem e se condicionam ao mesmo tempo, são as extremidades entre as quais oscila a reflexão. Há, pois, uma alternância. Tal alternância entre os polos foi também explicada por Suzuki segundo uma antinomia característica do eu finito:

Se, ao refletir, não nos podemos negar que *tudo está em nós*, então não podemos explicar o sentimento de limitação que nos acompanha constantemente na vida senão quando admitimos que *somos somente um pedaço de nós mesmos*. O indivíduo é como que uma parte, um pedaço, fração, fratura ou fragmento de si mesmo, que se destaca do todo, mas ao mesmo tempo o pressupõe e quer retornar à unidade do “proto-eu”.

Por conseguinte, compartilhar visões parciais leva a recompor o todo. As diversas frações proporcionam um atalho para se chegar ao âmago. Assim, a conquista do fragmento como um modo de expressão é um caminho para solucionar problemas de natureza filosófica, mesmo sendo justo pensar que, através dele, há uma pretensão de ampliar o campo de uma filosofia estritamente técnica. A reflexão implica, por si só, a decomposição, determinada pela complexidade de combinações que se encontra no todo.

Suzuki afirma sobre a possível insuficiência e provisoriedade do sistema filosófico que “a forma sistemática não é o fim da ciência, mas uma propriedade contingente dela”. Ou seja, toda forma particular é contingente em relação à primeira. A forma fragmentária parece ser justamente a contingência atribuída ao caráter abstrato e artificial da filosofia, uma forma um pouco menos arbitrária, que não prejudica a sistematicidade, mas proporciona o vigor da reflexão, de uma maneira mais direta e sutil, conforme acontece genuinamente na consciência. Schlegel diz que “um fragmento tem de ser como uma pequena obra de arte, totalmente separado do mundo circundante e perfeito e acabado em si mesmo como um porco-espinho”.

2.2 Fraseologia

Os princípios de classificação dos fraseologismos são variados, assim como os conceitos sobre o objeto de estudo da fraseologia - até os dias atuais. Essa desentonação conceitual não ocorre em nenhum outro ramo da Linguística.

Neste item teremos como base Alvarez (2000/2009) e os autores mencionados nessas obras.

As primeiras definições de fraseologia surgiram na década de trinta. Segundo Yevgueny Polivánov “essa é uma disciplina especial da área da linguagem que ocupa, em relação ao léxico, a mesma posição que a sintaxe desempenha em relação à morfologia. Esta ‘nova’ disciplina se serve, da mesma forma que a lexicologia, da expressão dos conceitos individuais (as significações lexicais)”. Para ele, o termo *idiomática* é considerado como sinônimo de fraseologia.

Já Viktor Abakúmov contraria Polivánov e faz uma distinção entre *idiomática* e *fraseologia*. “A integridade semântica, a intradutibilidade, a indivisibilidade sintática e léxica, a invariabilidade na ordem das palavras são os traços inerentes à idiomática”. Ele considera como características da fraseologia a perda em maior ou menor grau da significação

independentemente das palavras que as compõem e afirma que o significado das unidades fraseológicas não é equivalente ao significado de uma palavra. Daí se pode dizer que a idiomática se caracteriza pela incompatibilidade para a tradução.

Para D. O. Dobrovolski,

a idiomática é uma parte de fraseologia na qual, de maneira muito particular se distingue um afastamento (ou desligamento) das palavras componentes de uma unidade fraseológica de seus significados iniciais. Ela está ligada aos textos sobre folclore e, por essa razão, está relacionada a imagens ingênuas do mundo, da cultura, da vida espiritual e das fantasias de uma determinada comunidade.

Na década de 40 do século passado, a fraseologia ganha status de disciplina linguística e começa um desenvolvimento maior de pesquisas pelos linguistas russos. Viktor Vinogradov foi o primeiro a estabelecer uma definição funcional para as unidades fraseológicas: “A estreita relação que existe entre a fraseologia (idiomática) e a lexicologia está condicionada não só pela cercania estrutural dos conceitos das palavras e idiomatismos, mas também pelo movimento constante das palavras aos idiomatismos e dos idiomatismos às palavras”.

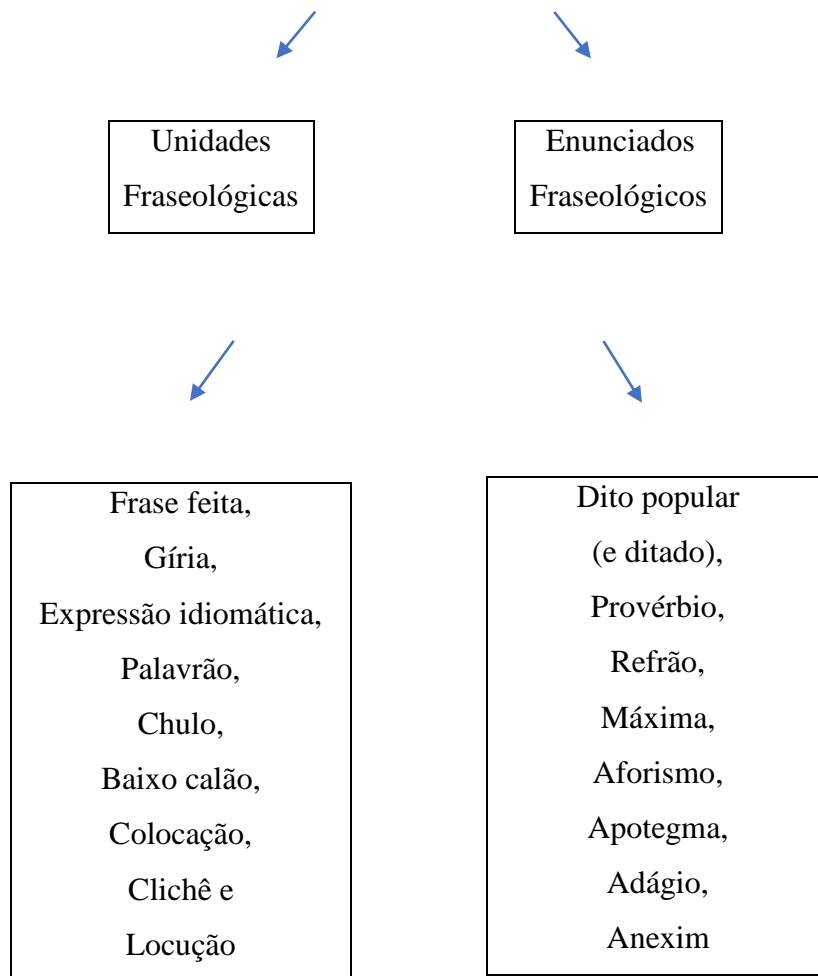
Observa Roberts Roda que o termo fraseologia não está bem definido toda vez que é utilizado em diferentes acepções por diversos linguistas, sendo que em alguns casos o limitam às expressões cristalizadas e que são próprias de uma língua. Considera Leon Zareba que os provérbios, locuções, colocações, lexias compostas, ditos populares, gíria, aforismos são parte da fraseologia. Segundo Maria Isabel González Rey, fraseologia “é um sistema de particularidades expressivas ligadas às condições sociais nas quais a língua é atualizada”, cobrindo assim “dois aspectos de uma mesma realidade: expressão e locução, sendo muito geralmente empregadas (utilizadas) como dois sinônimos”.

Para Rey, então, fraseologia é um sistema de particularidades expressivas, e diante dessa afirmação a natureza interna das unidades que formam e as particularidades linguísticas passam a não integrar, necessariamente, o termo.

Buscando definir a essência do fenômeno fraseológico, Vladimir Leonidovich Arjanguelski assim como L. L. Rozeinzon considera que a composição fraseológica é estabelecida por um sistema especial que se distingue pelos seguintes traços: 1) a organização como estrutura sintática (combinação de palavras e oração); 2) a presença da metaforização; 3) a presença de uma categoria semântica especial. Há aqui uma análise pelo método semântico-estrutural. Porém, sabe-se que dentro da fraseologia há construções semântico-estruturais diversas e, por isso, não há uma catalogação dentro do sistema fraseológico, mas subsistemas.

Com a intenção de esclarecimento e de evitar possíveis confusões, as unidades fraseológicas abarcam variadas denominações, dentre elas: agrupamentos, locuções fraseológicas, fraseologismos, locuções, lexias, séries verbais de grupamentos fraseológicos, paradigmas, frases feitas, frases fixas, enunciados fixos, expressões idiomáticas ou idiomatismos. E os enunciados Modos de Dizer fraseológicos englobam ditos e ditados populares, provérbios, refrões, máximas, aforismos, apotegmas, adágios, anexins.

De acordo com a padronização da linguagem, segundo Alvarez, as máximas estão classificadas como “enunciados fraseológicos” dentro de “modos de dizer”, conforme esquema apresentado abaixo. Observemos:



Fonte: ALVAREZ, 2000, p. 92.

Assim, diante de todas as definições dadas acima, optamos aqui por compreender fraseologia como “a combinação de elementos linguísticos de uma determinada língua, relacionados semântica e sintaticamente, que não pertencem a uma categoria gramatical específica e cujo significado é dado pelo conjunto de seus elementos”. Nela se incluem todas as combinações onde os componentes possuem traços metafóricos geralmente estáveis. A representação metafórica traz um conceito concreto e expressivo às expressões idiomáticas.

Charles Bally afirma que a expressividade é uma das características mais importantes dos fraseologismos, já que o indivíduo dá à frase uma impressão afetiva que ele mesmo percebe ou produz no ato de comunicação com os meios de expressão que utiliza. A expressividade nasce da união dos três seguintes componentes: denotativo, conotativo e valorativo.

Pesquisas feitas nessa área mostram que a fraseologia tem-se caracterizado como uma disciplina que tem as combinações estáveis por objeto de estudo. E, conforme Anatoly Abramovich Kunin essas combinações são consolidadas pela repetição, estabilidade na composição lexical e pela ordem das palavras, destarte estabelece-se a presença das combinações variáveis e invariáveis das palavras.

No *Dicionário da Língua Portuguesa*, segundo a obra de Alvarez, Antenor Nascentes afirma que a fraseologia (do grego **phrásis** = frase + **logos** = tratado) “constitui uma parte da Linguística dedicada ao estudo das frases feitas (combinações estáveis), isto é, fossilizadas em seu sentido e em sua forma e usadas no discurso à maneira de locução ou expressão. Confessa-se que é exigente por demais assumir essa definição diante, por exemplo, dos aforismos, os quais não cabem no uso como uma locução ou expressão”.

Ainda que a fraseologia seja um termo novo, há documentos que revelam o interesse de Santo Agostinho por ela no século IV a. C. Ele chamava essas expressões como unidades: uma delas foi *in saeculum*. Desde então as fraseologias são estudadas e merecem a atenção de linguistas como Ferdinand Saussure, Charles Bally, Bernard Pottier e outros.

Convém citar as palavras de Saussure sobre o tema: “Há, primeiramente, um grande número de expressões que pertencem à língua. São as frases feitas, nas quais o uso proíbe qualquer modificação mesmo quando seja possível distinguir pela reflexão. [...] Essas combinações não se podem improvisar”². Nota-se aqui uma referência a agrupamentos, ou seja, não se fala através de signos isolados, mas por grupos de signos.

² É importante citar aqui os chamados “aloprovérbios” (termo criado pelo professor Claudio Cezar Henriques), os quais são “definidos como corruptelas, deformações, pastiches ou trocadilhos que se criam sob a inspiração de uma frase, largamente conhecida por uma comunidade, com o intuito ora

Bally apresenta os índices exteriores (estabilidade, impossibilidade de inserção e de substituição de alguns de seus elementos) e internos (sentido dado pelo conjunto de seus elementos e não pelo sentido isolado de cada um deles). Esses índices são muito considerados por outros autores.

Dentro da fraseologia, há expressões de sentido figurado e metafórico que não são compreendidas semanticamente por muitos, devido à distância em que se encontram dos costumes e à variação dialética em que se originaram. Através da filosofia popular, uma sentença ou expressão fraseológica é capaz de denunciar impulsos e questões que atormentam ou rejubilam a alma do ser humano. Percebe-se na linguagem popular uma agudeza observacional que gera ditos originais. Dessas sentenças e expressões populares, que foram se repetindo e cristalizando cronologicamente, a linguagem de profissionais, grupos sociais e regionais caracterizou-se a ponto de se considerar haver uma outra língua. Elas são denominadas como “lexias complexas”, ou seja, são unidades que exercem uma função denominativa para fenômenos da realidade e formam parte do acervo fraseológico.

Portanto, perante as diversas posições assumidas pelos autores citados e, com o intuito de chegar a uma teoria fraseológica adequada que crie uma base para os estudos nessa área, há um consenso de que a fraseologia constitui uma disciplina que integra unidades que se diferenciam de outras combinações por seus traços e características, sendo sintagmas semanticamente indivisíveis e se constituindo por duas ou mais palavras ou por orações.

Acredita-se que a máxima se enquadre, segundo a definição dada por Bernard Pottier, no tipo de lexia chamado textual, que são consideradas como as lexias complexas que alcançam o nível de enunciado ou de um texto. As máximas de Maricá podem ser classificadas como fraseologia especializada, já que não estão na boca do povo, mas enumeradas na obra de Maricá aqui estudada.

Vejamos a seguir algumas definições do termo FRASEOLOGIA em obras de referência:

No Dicionário Priberam da Língua Portuguesa:

1. Estudo e conhecimento da frase.
2. Construção (da frase) particular a uma língua ou a um escritor.
3. Discurso palavroso mas sem ideias.

humorístico ou satírico, ora publicitário ou comercial – às vezes ambos” (HENRIQUES, Claudio Cezar. Parêmiás em Mutação: Variantes dos provérbios como recurso expressivo. *Revista Linha d'Água*, São Paulo, V.27/2, 2014, p. 37-52, jul./dez.2014.)

O primeiro conceito pouco satisfaz o anseio em compreender a fraseologia no sentido em que ela é trabalhada neste trabalho. A segunda acepção é a que faz referência a essa abordagem, porém parece que define de forma escassa e assim se distancia do viés que aqui se deseja alcançar.

No *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Evanildo Bechara:

1. Estudo da frase.
2. Conjunto de frases e frases feitas características de uma região, de um escritor, etc.

A segunda definição dada por Bechara é capaz de saciar o questionamento sobre fraseologia, em especial quando se lê a expressão “frases feitas”. Sabe-se que há um leque gigantesco dentro dessa expressão e que se trata de um estudo abrangente.

Dependendo do tipo de obra consultada, esse termo pode tomar a roupagem de uma disciplina. Gloria Corpas diz: “Fraseologia é uma subdisciplina da Lexicografia, que teve suas origens com o devido rigor científico da década de cinquenta (do século XX), na antiga União Soviética, uma região pródiga nos estudos dessa área”. Há de se convir que a exploração dessa matéria é bastante recente, por isso parece haver pouco material ou consenso.

Pierre Fiala mostra o quanto a fraseologia está intimamente ligada ao contexto em que ocorre:

O conjunto de formas complexas que pertence a diversas categorias sintáticas (verbo, nome, pronome, adjetivo, preposição, conjunção, determinantes) figuradas ou não, mais ou menos fixas, qualquer que seja o nome genérico que se dê a esses fenômenos e o ponto de vista descritivo que se adote, é um dos instrumentos que permitem caracterizar um texto ou suas partes. A fraseologia é constituída de combinações recorrentes, mais ou menos estabilizadas, de formas lexicais e gramaticais. Tais unidades aparecem como fixações, isto é, conjuntos mais ou menos longos de formas simples construídas em contextos restritivos, capazes, contudo, de algumas variações...

Parece que as definições vão se complementando quando se recorre a estudiosos da área e alça-se mais que a explicação breve dos dicionários. Obviamente o dicionário não apresenta um aprofundamento, especialmente por se tratar de um campo vasto. As duas próximas definições atingem aquilo que se acredita ser o estudo da fraseologia. Para Rey:

O estudo científico da combinatória fixa das línguas, com um material classificado como heterogêneo (expressões idiomáticas, frases feitas, fórmulas rotineiras, colocações, refrões e outras parêmias), mas com umas características comuns (pluriverbalidade, fixação dos componentes, idiomaticidade e, não raro, iconicidade da sequência fixada, repetição no discurso e institucionalidade, ou seja,

reconhecimento pela comunidade de falantes) que nos permitem estabelecer um termo único para todos os seus elementos: as unidades fraseológicas.

E ainda, longe de esgotar o tema, vejamos a conceituação de Santos Nogueira:

A fraseologia como disciplina científica se ocupa dos estudos do léxico, especialmente as unidades fraseológicas (colocações, locuções ou expressões idiomáticas e, ainda as parêmiias: refrões e provérbios e outros enunciados fraseológicos), construções formadas por meio da combinação de dois ou mais elementos, com um certo grau de fixação, cunhadas ao longo dos anos, cada uma com as suas características.

A partir dessa compilação feita, para definirmos o termo fraseologia de uma maneira pessoal, diremos que essa disciplina se caracteriza como a reunião de elementos linguísticos (dois ou mais) de uma determinada língua, de uso comum, que adquirem significado na combinação de elementos estáveis sintática e semanticamente. E, se há na fraseologia um recorte quanto à língua, no sentido de idioma, há também uma carga cultural agregada, a qual pode conter fortes marcas da sociedade, dos costumes e do ângulo espacial onde ela nasce.³

Angela Varelievna Isachenko, em consonância com Vinogradov, aponta três tipos de unidades fraseológicas:

- a) Grupos fraseológicos amalgamados – são os grupos que não se dividem e cujo significado não é dependente de cada um dos elementos léxicos.

Ex.:

- “Mais vale um pássaro na mão que dois voando”;
- “Para bom entendedor, meia palavra basta”.

(Exemplos nossos)

- b) Unidades fraseológicas – são aquelas em que se pode analisar semanticamente os elementos e que englobam as expressões fixas com sentido figurado.

Ex.:

- “Não adianta *chorar o leite derramado*”;
- “É bom que faça um *pé de meia*”.

(Exemplos nossos)

³ Essa definição não se afasta das que apresentamos algumas páginas atrás, quando dissemos que era nossa opção aqui compreender a fraseologia como a combinação de elementos linguísticos de uma determinada língua, relacionados semântica e sintaticamente, que não pertencem a uma categoria gramatical específica e cujo significado é dado pelo conjunto de elementos.

- c) Combinações fraseológicas – são aquelas em que apenas uma palavra está condicionada fraseologicamente.

Ex.:

- “Tenho que *dar* uma limpeza na casa”;
- “Você pode *dar* uma pesquisada em preços de estada em São Paulo?”.

(Exemplos nossos)

O significado de uma unidade fraseológica não correspondente à soma dos elementos constituintes, e o estudo da fraseologia tem por base a lexicologia, como já dito. É no léxico que residem a significação e os conteúdos significantes da linguagem humana.

No que tange ao significado das palavras dentro da fraseologia, sabe-se claramente que é em contato com outros elementos que um vocábulo adquire seu verdadeiro sentido, podendo este variar de acordo com o contexto. Por isso, pode-se dizer que as palavras são relativamente dependentes. Assim, em um grupamento fraseológico, os vocábulos assumem significados que estão voltados a um objeto comum, o que se chama SENTIDO FRASEOLÓGICO.

2.3 Os enunciados fraseológicos e suas particularidades

Como vimos no item anterior, a definição de fraseologia é pouquíssimo consensual pelos linguistas. Ela engloba tanto as unidades quanto os enunciados fraseológicos. Conforme Maria Luisa Ortiz Alvarez (*apud* FONSECA, 2011, p.1), “a fraseologia pode ser vista como a ciência maior sob a qual estão os provérbios, aforismos e locuções, entre outros. Alguns autores, no entanto, limitam-na aos estudos de expressões idiomáticas, sem fazer distinções claras e precisas entre esses termos.” Por isso, é muito comum que se usem termos sinônimos para defini-los, como paremiologia, e, não raras vezes, encadeados, criando, assim, uma barreira protetora contra possíveis questionamentos. Preferimos chamar de enunciados fraseológicos os ditados populares, provérbios, refrões, máximas, apotegmas, adágios, os quais abordaremos neste item.

Um dicionário vernáculo atual define provérbio como “máxima ou sentença de caráter prático e popular, comum a todo um grupo social, expressa em forma sucinta e geralmente rica em imagens”. – Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Assim, provérbio é definido como máxima. Esta, por sua vez, como se define? Máxima seria o mesmo que provérbio? Para

continuar a indefinição dos próprios estudiosos da área, Amadeu Amaral (*apud* OLIVEIRA, 2013, p. 25) afirma: “Os provérbios propriamente ditos (se é que sabemos bem o que vem a ser *provérbios propriamente ditos*) ligam-se a diferentes formas de expressão tradicional, e é impossível traçar linhas divisórias exatas entre uns e outros. Considere-se qualquer das definições existentes: são todas meramente aproximativas”. Assim, o termo provérbio é frequentemente usado de forma inexata, sendo confundido com qualquer expressão breve, seja a máxima, o apotegma, o ditado, entre outros.

Há até muitos estudiosos que acreditam ser pouco eficaz a missão de definir esses nomes, já que se trata de algo complexo e não muito proveitoso. Archer Taylor (*apud* OLIVEIRA, 2013, p. 26), que publicou uma obra com a exata denominação de provérbio, orientou seus leitores a desistirem da tentativa de conceituar de maneira precisa essa expressão: “é tarefa árdua demais para que valha a pena se empenhar nela, [...] mesmo se, por sorte, chegássemos a reunir numa só definição todos os elementos essenciais [...], ainda assim disporíamos apenas de pedra de toque”. Comunga da mesma ideia a *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana* segundo Oliveira (2013, p. 27): “nenhum autor antigo nem moderno conseguiu expor clara e terminantemente as diferenças entre umas e outras”.

Segundo a teoria de Silva (1998, p. 14), o ditado possui características muito próximas ao provérbio, sendo o traço distintivo o fato de o provérbio apresentar sentido metafórico em seus componentes, ao passo que o ditado preza pelo sentido denotativo. O provérbio diz respeito a verdades gerais e apresenta julgamento de valor. O ditado direciona-se a setores precisos da atividade e a grupos específicos e atém-se à observação dos fatos, de forma a constatar-los, mas não a julgá-los.

O refrão tem por elementos particulares a popularidade, a familiaridade, o festejo e a graciosidade, enquanto o provérbio se apresenta como um componente da cultura, não familiar, ou seja, remoto no tempo e no espaço, contencioso, grave e sério.

O adágio é um termo bastante genérico e de sentido amplo, equiparando-se com o conceito de provérbio, ditado e refrão. Já o apotegma é uma fórmula coletiva e tradicional que deriva de um personagem ilustre, célebre e pode ser aplicado em diversas ocasiões da vida.

José Pereira da Silva formulou as definições acima e por elas aproximou a definição de máxima à de provérbio, mas é possível trazer mais características desse enunciado fraseológico, já que os provérbios – criados pelo povo por meio de suas experiências – alcançam uma sapiência popular que se torna um guia do senso comum para a prática do bem e com o intuito de evitar problemas desnecessários. Uma citação de Benjamin Franklin os

descreve da seguinte forma: “Os provérbios são pedaços de sabedoria que, bem digeridos, proporcionam excelente nutrição ao espírito”.

Isso mostra como é bastante nítido que os provérbios são uma fonte abundante de conhecimento e de experiências; configuram-se como lições transmitidas de geração a geração com o cerne da mensagem inalterado; são reconhecidos como patrimônio cultural – legado deixado por nossos antepassados. Eles oferecem aos ouvintes uma nova dimensão da linguagem, que exalta a beleza interior e toca a emoção. São constituídos de forma simples, mas nem por isso deixam de ser inteligentes, facilitando, assim, a memorização – o que possibilita sua travessia pelos séculos.

Os autores dos provérbios jamais serão reconhecidos, assim como sua data e lugar de origem. Possuem caráter atemporal, já que o teor da mensagem é aplicável e contemporâneo a qualquer era. Nem mesmo o avanço tecnológico foi capaz de deixá-los desatualizados. São aprendizados que não se adquirem nas escolas, mas durante todo o percurso da vida, da idade mais tenra à mais avançada, que proporcionam uma base para princípios, valores morais e lições vitais, visando também a evitar contratempos do dia a dia. Na companhia deles, parece que se vive de forma mais sábia por aproveitar a experiência das gerações precedentes.

Ainda tomando José Pereira da Silva por base, vemos que a máxima difere do provérbio pela obediência à gramática, a qual não omite o artigo necessário nem transgredir o modelo gramatical, como o provérbio faz. Para constatar essa descrição, basta adicionar determinantes adequados ao enunciado de um provérbio para transformá-lo numa máxima. A máxima também não emprega frases nominais, apresenta frequentemente frases no infinitivo e não é comum que apresente rima nem ritmo, o que marca fortemente o provérbio. Observa-se também que as máximas tem autor conhecido, enquanto o provérbio nunca o terá.

Diante do estudo de tais expressões, percebem-se as sutis particularidades de cada uma delas. Portanto, os fraseologismos são vastos para a sinonímia e restritos para a conceituação, por não apresentarem delimitação satisfatória para os termos. Dessa forma, as classificações feitas ficam arqueadas no campo da indicação.

2.4 A máxima

O termo máxima deriva do latim *maxima sententia* (‘a proposição maior’), derivado do lat. *maximus*, *a, um*, sup. de *magnus*, *a, um* no sentido de ‘grande, poderoso, ilustre’. Seu

traço específico é o aspecto moral. É tida como a sentença mais importante, ou seja, um pensamento que se expressa numa fórmula breve, marcante e convincente. Ela é definida comumente como *axioma, sentença moral*. Entretanto, o termo também é usado para além das máximas do Evangelho – e também para as máximas moralistas, representadas tradicionalmente por La Rochefoucauld, assim como as máximas estudadas neste trabalho – as quais são configuradas como princípios básicos e indiscutíveis de ciência e arte e, nessa acepção, confundem-se com os aforismos.

A máxima desfruta do mesmo mistério de que comungam a fraseologia, o provérbio, o ditado, o dito, o adágio, o anexim, o refrão, o apotegma, o rifão, etc. – a inexatidão em ser conceituada, o custo em delimitar a confluência e a divergência que há entre eles e em definir sua origem histórica. A própria bibliografia mostra o quão tênue é a fronteira entre esses itens fraseológicos.

Oliveira (2013) em *provérbios.com: o saber dos antigos no novo milênio* reúne a definição de diversos autores sobre esse tema, as quais tomaremos como referência para este estudo. A máxima enxerga uma universalidade no ser humano, nas circunstâncias da vida, no cenário em que se vive. Ela generaliza as condições experimentadas pelos homens, considerando que, de certa forma, percorrem-se caminhos distintos, mas com soluções semelhantes para os obstáculos apresentados. Os seres não se opõem dentro de uma máxima, independentemente de idade, condição social, posição geográfica e os inúmeros aspectos possíveis dentro da realidade que cada um enfrenta.

A máxima, segundo Massaud Moisés, é algo que, “em linguagem filosófica, tende a referendar todo pensamento aceito sem provas ou como proposição evidente por si só”. O autor salienta a sua ascendência latina e utilização na escolástica medieval, referência que abarca princípios de Direito ou de Lógica.

René Bailly faz menção à máxima na mesma acepção do provérbio “que designa uma verdade moral, culta e precisa, expressa com muita pureza e elegância”, colocando-os como sinônimos. Ela se aplica sobretudo a um “pensamento importante do ponto de vista prático”. Para axioma, ele reserva a seguinte definição: “verdade científica inegável e evidente”.

Henri Bénac diz que máxima é um pensamento que insiste sobre o valor de *regra* e sobre sua *elaboração*. É comum ver o termo *regra* caracterizando máxima.

Para Serge Meleuc, a noção tradicional de máxima, seja ela decorrente da definição dos dicionários, seja da opinião empírica mais geral, não permite que se tenha critérios precisos sobre sua natureza. Mas essa noção tradicional permite depreender duas ideias pertinentes. A primeira delas é que a máxima enuncia uma universalidade a respeito do

Homem. A segunda é que esse discurso é tipicamente didático – o que fica implícito na própria definição: regra de conduta, regra de moral. Essas duas características regulam, de maneira muito forte, a própria forma do enunciado, independentemente de quem seja o seu autor, chegando a influenciar até os mínimos detalhes.

Seguindo o posicionamento de Oliveira, a comparação entre a máxima e o provérbio mostra que, enquanto este traz o fracionamento, aquela traz a totalidade. Pode ser possível identificar a referência que cada um faz nos exemplos abaixo:

Máximas:

1. “Aquilo que *o homem* não compreende não possui”. (Goethe - *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 45)
2. “Há no *coração humano* uma geração perpétua de paixões, de modo que a ruína de uma é quase sempre o nascimento de outra”. - Máxima 10 – (LA ROCHEFOUCAULD, 2014, p. 12)
3. “*Todos nós* temos força suficiente para suportar os males do outro”. - Máxima 19 (LA ROCHEFOUCAULD, 2014, p. 13)

Provérbios:

1. “*Quem* avisa, amigo é”. (Provérbio Português)
2. “*Quem* vigia sua boca e sua língua preserva sua vida da angústia”. (Pr 21, 23)
3. “*Quem* anda na integridade caminha com segurança, mas quem emprega astúcias, será descoberto”. (Pr 10,9)

Ainda segundo Meleuc, “a máxima fala do Homem, e o provérbio fala dos homens e de suas ações”. Outrossim, a perspectiva de uma difere da perspectiva do outro nas ocorrências mais frequentes, já que a máxima generaliza enquanto o provérbio se atém a uma parcela da humanidade, ou seja, apenas àqueles que se enquadram nas referências neles contida.

De maneira simples, pode-se dizer que os provérbios e os ditados ficam marcados na memória popular, enquanto as máximas não têm essa característica. Elas não têm o dinamismo casado ao ritmo “memorizante” que aqueles possuem. Mesmo assim, os provérbios, junto aos aforismos, estão entre os termos que mais se aproximam da máxima. Por isso, cabe aduzir também as definições desses três termos dadas por A. G. Cunha (1996) em seu *Dicionário Etimológico*.

Máxima: axioma; sentença moral; proposição maior.

Provérbio: máxima de caráter prático e popular, expressa de forma sucinta e, em geral, rica em imagens.

Aforismo: sentença moral, máxima.

Observa-se, assim, que a proximidade desses termos advém da etimologia, perpassa a esfera da filosofia e permanece no âmbito literário. Porém, com a intenção de embasar as máximas, já que há muitas denominações que esbarram nesse conceito de “sentença” ou “pensamento sentencioso”, é pertinente mostrar sua gênese histórica, assim explicada por Remor (1996, p. 22):

Em relação às origens, a máxima parece estar ligada ao epigrama, enquanto forma lapidar de expressão. E, em especial, ao aforismo, como expressão de sabedoria, e ao provérbio, como índice de conduta ou sabedoria popular. Daí a máxima confundir-se, em maior frequência hoje em dia, com o aforismo e com o provérbio.

Não sendo a máxima estudada apenas pela esfera literária, mas também pela filosofia, ela encontra, como exposto por Abbagnano (1996, p. 653) em seu *Dicionário de Filosofia*, o conceito de “proposição evidente” e “regra de conduta”. Para o primeiro, “proposição evidente”, tem-se a referência à teoria dos lugares lógicos, estendendo-se de “proposição máxima” a “enunciado universal maximamente provável”, assumindo, nesse último, o sinônimo de axioma. Para o segundo significado, “regra de conduta”, mais recente, está ligada à regra moral vinda dos moralistas franceses, principalmente La Rochefoucauld, e à regra de comportamento em geral, sentido abraçado por Kant, e que se liga também ao provérbio.

Na arte retórica, originada no século V a.C., na Grécia antiga, a máxima era vista como uma forma de expressão que se comparava à fábula, por exemplo, e presumia experiência. Logo, era restrita a pessoas de mais idade, conforme Aristóteles (*apud* REMOR, 1996, p. 23). Alguns escolásticos, na Idade Média, empregavam o termo máxima como *propositio maxima*, o que equivale a axioma. Posteriormente Locke tratou das máximas considerando-as como uma classe de proposições evidentes por si mesmas, mesmo que não sejam verdades inatas e que não possam servir de fundamento à busca de verdades não conhecidas. No século XVII, o sentido de máxima passou a ser princípio moral, conforme José Ferrater Mora (*apud* REMOR 1996, p. 23). Kant considera duas classes de princípio: o princípio objetivo, que equivale à lei prática, e o princípio subjetivo da vontade, que equivale

à máxima. O indivíduo pode, então, assumir como máxima a lei, outra regra ou afastar-se da lei. Foi o significado advindo do século XVII que permaneceu, conforme Abbagnano (1996, p. 653).

Para a filosofia, a máxima é uma variação do aforismo. Abbagnano (1996, p. 22) define aforismo como:

proposição que exprime de maneira sucinta uma verdade, uma regra ou uma máxima concernente à vida prática. Inicialmente, essa palavra foi usada quase exclusivamente para indicar fórmulas que exprimem, de modo abreviativo e mnemônico, os preceitos da arte médica: p. ex., os aforismos de Hipócrates. Bacon exprimiu sob a forma de aforismos as suas observações (contidas no livro I do *Novum organum*) “sobre interpretação da natureza e sobre o reino do homem”: provavelmente para sublinhar o caráter prático e ativo dessas observações enquanto dirigidas a preparar o domínio do homem sobre a natureza. E Schopenhauer chamou de aforismos *sobre a sabedoria de vida* (em *Parerga und Paralipomena*) os seus preceitos para tornar feliz, ou menos infeliz, a existência humana, conservando assim na palavra o seu significado de máxima ou regra para dirigir a atividade prática do homem.

Dessa forma, tanto o aforismo quanto a máxima podem ser entendidos como axiomas ou sentenças breves comprometidas com a verdade. Logo, volta-se à definição de axioma. Por isso, precisamos recorrer a uma longa explicação de Abbagnano (1996, p. 101):

Originariamente, essa palavra significava dignidade ou valor e foi empregada pelos estoicos para indicar o enunciado declarativo que Aristóteles chamava de apofântico⁴ (DIÓG. L, VII, 65).[...] Aristóteles fez a primeira análise dessa noção, entendendo por aforismo “as proposições primeiras de que parte a demonstração” (os chamados aforismos comuns) e, em cada caso, os “princípios que devem ser necessariamente possuídos por quem queira aprender qualquer coisa”. [...] Esse significado da palavra como princípio que se mostra evidente de imediato, pelos seus próprios termos, manteve-se constante por toda a Antiguidade e a Idade Moderna. “Os princípios imediatos”.[...]

Foi no mundo contemporâneo que a noção de axioma sofreu a transformação mais radical. A característica que o definia, ou seja, a imediação da sua verdade, a certeza, a evidência, foi negada. [...] A escolha dos axiomas de certo modo é livre e, nesse sentido, diz-se que os axiomas são “convencionais” ou “assumidos por convenção”. Mas, na realidade, essa escolha é limitada por exigências ou condições precisas.

Abbagnano as resume da seguinte maneira:

^{1S} Os axiomas devem ser *coerentes*, sob pena de o sistema que deles depende tornar-se contraditório. Sistema contraditório é o que permite a dedução de qualquer coisa e a demonstração de qualquer coisa e a demonstração de qualquer proposição, bem como a sua negação. Como a prova da não contradição não pode ser obtida dentro de um sistema, é costume lançar mão do sistema da redução a uma teoria anterior, cuja coerência pareça bem confirmada.[...] Outro procedimento é a *realização*, isto

⁴ Apofântico: Segundo Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C), diz de enunciado verbal suscetível de ser considerado falso ou verdadeiro, em razão da descrição correta ou não do mundo real. (Fonte: *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Evanildo Bechara)

é, a referência do sistema a um modelo real, com base no pressuposto de que aquilo que é real deve ser possível, portanto não contraditório.

2^Q Um sistema de axioma deve ser *completo* no sentido de que, de duas proposições contraditórias formuladas corretamente nos termos do sistema, uma deve poder ser demonstrada. O que significa que, em presença de uma proposição qualquer do sistema, pode-se sempre demonstrá-la ou refutá-la e, portanto, *decidir* sobre a sua verdade ou falsidade em relação ao sistema dos postulados. Nesse caso, o sistema chama-se *decidível*.

3^S A terceira característica de um sistema de axioma é a sua *independência*, isto é, a sua irreduzibilidade recíproca. Tal condição não é tão indispensável como a da coerência, mas é oportuna para evitar que as proposições primitivas sejam excessivamente numerosas.

4^Q Enfim, o menor número possível e a simplicidade dos axiomas são condições desejáveis que conferem elegância lógica a um sistema de axiomas.

As palavras de Abbagnano sobre axiomas fazem uma conexão com os aforismos, porque podem remeter para o modo como os gregos empregavam essa palavra. Para eles, aforismo era usado inicialmente para denominar fórmulas que expressavam, de forma breve e memorizável, os conhecimentos da arte médica. Para Hipócrates, no século V a.C., o aforismo demonstra sob certo viés o jogo da antítese, da seriedade e do risível.

Voltando ao universo literário e buscando adentrá-lo um pouco diante dessas três categorias, fica claro que os três termos - máxima, aforismo e provérbio - em muito se assemelham. No que tange ao traço sentencioso e conciso, são coincidentes, e alcançam um pensamento moral ou uma regra de conduta. Porém, as distinções são menos evidentes que as semelhanças.

A partir da conceituação da máxima no campo literário, deparamo-nos com o território do aforismo. O termo assume a conceituação de várias formas de expressão concisa de um pensamento moral. Segundo Jacinto do Prado Coelho (*apud* REMOR, 1996, p. 25) em seu *Dicionário de literatura*, aforismo é definido da seguinte forma: “sentenças de origem culta, generalizadas ou não (incluindo os apotegmas, ditos notáveis, em regra de grandes homens, que é de uso citar em biografias, obras de história e outras), e as máximas de cunho popular (sinônimo de adágios, anexins, ditados, provérbios ou rifões)”. E, na definição desse autor sobre provérbio, encontramos apenas uma alusão ao aforismo e à máxima. Na definição de aforismo, o texto se abre a diversos enunciados fraseológicos.

Na época do Renascimento, surgiram manuais de uso prático destinados aos artistas, políticos e cidadãos para que se tornassem mais astutos e adquirissem boas maneiras, o que se considera como obras de teor aforístico. É o que explica De Masi (2017, p. 16):

Assim, o termo “aforismo”, usado pela primeira vez em língua italiana por Dante Alighieri, mudará progressivamente de casa, de finalidade e de nome, assumindo-os tão variados a ponto de compor uma lista de mais de cem termos que, embora não sendo sinônimos perfeitos, ainda assim têm estreito parentesco entre si. De fato, vai-

se do epigrama de Marcial à sentença de Petrarca, da regra de Leonardo ao pensamento de Marco Aurélio e de Pascal, do *witz* (tirada) e dos *Abfälle* (dejetos) de Kraus às proposições de Nietzsche, das *remarques* de La Bruyère às *fusées* (rojões) de Baudelaire.

Como bom exemplo dessa produção e também como um manual para a busca da felicidade (sic), foi publicado, em 1647, na Espanha, em Huesca, “*A arte da prudência*”, escrita pelo jesuíta Baltasar Gracián, com a intenção de oferecer aos seus contemporâneos um guia que os orientasse diante das hesitações, conflitos e intrigas rotineiros.

Seguindo esse percurso filológico sobre o termo que aqui examinamos, iremos observar que o perfil do aforismo sofreu transformações ao longo do tempo, as quais atingiram o seu conceito na época atual. Afirma De Masi (2017, p. 14) que o aforismo

havia nascido como ponto de referência seguro, como baliza de um percurso bem delineado, como transmissão concisa, em mão única do sábio ao ignorante, de um saber garantido pela credibilidade da fonte. [...] Depois, aos poucos, por heterogênesse dos fins, o aforismo abandonou a exatidão e a credibilidade das fontes, rejeitou toda missão ética e social, aventurou-se pela pradaria do qualunquismo, da contradição, da confusão, preferiu o efeito, a surpresa, o brilhantismo, o esnobismo, em vez da solidez de um pensamento compacto, coerente, sistemático. Com sua linguagem confusional, contribuiu para a confusão geral da nossa época. [...] Se, durante séculos, o aforista orientou o mundo, seguro de conhecer o próximo mais do que o próximo conhecia a si mesmo, hoje ele se diverte em desempenhar os pontos cardeais do mapa náutico que a humanidade buscou, obstinada e ilusoriamente, construiu para si no decorrer de séculos, e contribui, com seus fragmentos, de sabedoria enlouquecida, para desorientar ainda mais o mundo desorientado. Esse deslocamento, como veremos, começou no final do século XIX com os aforismos de Baudelaire e Nietzsche, para depois se instalar em todo o século XX, desintegrando toda linguagem subsequente, até a atual.

Voltando às definições iniciais, sem que interessem, no momento, as modificações ocorridas nos aforismos, traremos as contribuições de Remor (1996) e dos autores citados no trabalho referenciado.

Harry Shaw, em seu *Dicionário de termos literários*, comunga do mesmo posicionamento de entrelaçamento entre aforismo, máxima e provérbio, e define provérbio como “dito popular de origem geralmente remota ou desconhecida, que exprime em breves palavras uma ideia útil ou uma verdade corrente”. Ressalta ainda que os provérbios bíblicos são “máximas de sentido profundo”, havendo uma marca de linguagem simples e familiar para esse termo.

Conclui-se que os conceitos giram em torno do epigrama no que tange à forma e em torno do aforismo no que tange ao conteúdo. O ponto de intersecção entre a máxima e o epigrama é a concisão. Hegel, enquadra o epigrama na mesma família da epígrafe, a qual é definida por ele como “letra(s) gravada(s) sobre colunas, monumentos, ofertas votivas e

outros objetos”. Hegel considera o epigrama como primeira manifestação da poesia épica, a qual não expressa o sentimento do poeta, mas um olhar em torno dele, concedendo uma breve explicação relacionada à essência do objeto que o rodeia. Portanto, Hegel caracteriza a forma épica como uma advertência, um ensinamento, uma edificação moral, uma regra de vida, uma exortação à prática, imbuída de caráter didático.

Com a expansão do significado da máxima literária, surgem as sinonímias. No plano mais culto, a máxima aproxima-se do aforismo e da reflexão e, no plano mais popular, do provérbio. Não é culta como o aforismo e nem popular como o provérbio.

Partindo para uma distinção entre a máxima e a reflexão, Roland Barthes afirma sobre as reflexões: “fragmentos de discurso, textos desprovidos de estrutura e de espetáculo”, as quais apresentam uma linguagem fluida, contínua, ou seja, o oposto da estrutura arcaica da máxima. Em relação ao conteúdo, havia uma identificação da máxima com o aforismo, o qual apresentava, entre os sábios da Antiguidade, um conteúdo religioso, com um traço estético, filosófico e histórico-cultural, através de uma proposição concisa de uma norma ou de uma verdade dogmática. Contudo, a máxima também se aproxima do provérbio, como um pensamento lapidar, enquanto proposição de sabedoria popular originária da experiência coletiva.

Reiterando a título de comparação, Shaw define provérbio como “dito popular, de origem remota ou desconhecida, que exprime, em breves palavras, uma ideia útil ou verdade corrente”; Massaud Moisés como “o saber do povo expresso de forma lapidar, concisa e breve”; Paul Theveau e Jean Lecomte como o termo expresso em poucas palavras e que se tornou popular. Logo, o provérbio é um pensamento originado no mundo antigo, o qual faz-se presente no livro dos livros e perpetua-se culturalmente entre povos, personificando-se de acordo com a pátria em que está inserido.

Com a intenção de pontuar a máxima frente ao provérbio, André Jolles diz que ambos são frutos de sensações e de vivências que habitam um universo e que, quando apreendidas, ordenadas e reunidas, culminam em experiências. E cada uma delas é independente das demais e deve ser analisada no universo de origem, o qual é intemporal, assintótico e formado por elementos isolados. Portanto, tanto a máxima quanto o provérbio parecem se encaixar na disposição do Empirismo ou Experiência, mas justifica a ausência do contexto empírico para as máximas, já que a moral não comporta experiências. Nos provérbios, não há sentido moral, portanto, cabe a experiência.

Antonio Candido afirma que o provérbio é “a quinta essência do lugar-comum e da repetição”, uma “forma forte” que contagia outras através da repetição e pela aura de sabedoria contida numa expressão sentenciosa.

Trazendo novamente os conceitos de Serge Meleuc, o qual classifica as máximas de La Rochefoucauld, a máxima é um discurso literário relacionado a duas ideias essenciais: 1) máxima e provérbio são enunciados universais sobre o homem; 2) ambos aparecem como sentença didática, apresentando regra de conduta ou moral e supondo julgamento de colocação geral. Sobre o texto de La Rochefoucauld, generalizadamente, observa o fenômeno da leitura e a ordem do *corpus*. Diferentemente da leitura literária, a máxima é caracterizada pela alternância rápida, ou seja, o leitor não mergulha num enredo, mas mantém um distanciamento devido ao texto ser composto de pequenas doses de conteúdos diversos; quanto à ordem, transparece ser mera sucessão, afastando-se de uma construção lógica, logo, há uma ausência de ordem.

E, por último, Barthes, que também traça duas formas para a leitura das máximas de La Rochefoucauld: “por citações ou de enfiada”. Nesta, as máximas leem-se de “uma a uma, como uma narrativa ou ensaio” e, naquela, transforma-se a “forma anônima na própria voz pessoal”. Para o crítico francês, a máxima de La Rochefoucauld é uma estrutura fechada, um objeto duro, uma sentença verbalmente arcaica, a qual é principalmente marcada pela descontinuidade. E acrescenta que sua essência é traçada pelos termos de comparação ou de antítese, em que não há um pensamento fluido e contínuo. Assim, o conjunto das máximas pode ser comparado a um dicionário. E o conteúdo se encarrega de esclarecer o homem em determinadas condutas, e não de forma peculiar. Também ressalta que a estrutura da máxima é imbuída de sutileza e brilhantismo, assumindo um caráter de espetáculo e causando prazer ao leitor, a qual trata de pontos fortes: a) paixões (vaidade, ira, preguiça, ambição – percebe-se relação com os pecados capitais); b) acasos (o que depende de questões que não se podem controlar); c) amenização de realidades (amortização de impactos - ações, defeitos e efeitos).

Sem ter a pretensão de discutir permeabilidades, mas com o intento de ter um direcionamento para a diferenciação entre o provérbio e a máxima, colhemos nos dados supracitados as seguintes informações:

Provérbio: condições experimentadas pelo homem (fracionamento); sempre metafórico; não há julgamento de valor; componente da cultura, criado pelo povo por meio de suas experiências; estrutura bimembre e ritmo memorizante; omite o artigo e pode transgredir modelo gramatical.

Máxima: universalidade do Homem (integralidade), sentido metafórico muitas vezes presente; há julgamento de valor; autor identificado; é aceita sem provas; não tem necessariamente estrutura bimembre nem ritmo memorizante; não omite o artigo ou transgredir modelo gramatical.

2.5 O caráter injuntivo das máximas

O texto injuntivo caracteriza-se por ser explicativo, por indicar o procedimento para a concretização de uma ação através de um método. Como exemplos, bastante citados nos livros que falam de categorias textuais, têm-se receitas culinárias, manuais de instrução, bulas de medicamentos, etc. Aborda-se o texto injuntivo fazendo uma referência específica à indicação/orientação dada pela injunção, presente nas máximas do Marquês de Maricá, aplicando-se a reflexões sobre traços de personalidade, valores, virtudes, características pessoais, pensamentos, sentimentos, devaneios, ilusões, vicissitudes, desvios e corruptelas humanas.

Os textos injuntivos fazem parte do cotidiano do cidadão e ocorrem nos diversos ambientes discursivos da sociedade, como em textos instrutivos e explicativos, manuais, regimentos, regulamentos, regras de jogos, leis, decretos, textos doutrinários, propagandas, etc. Eles podem ser publicados em cartazes, revistas, panfletos, embalagens de produtos, correspondências, entre outros.

Mais que informar sobre uma atividade específica, os textos injuntivos pautam-se em guiar, indicar, recomendar, ensinar, direcionar e até ordenar o indivíduo, mas sem ter que apresentar argumentos para isso, e sem coerção. Espera-se que aquilo que se indica tenha sido antecipadamente testado, experimentado, estudado e que tenha havido a obtenção de êxito.

Ao tratar de textos injuntivos, é preciso também observar a estrutura, o modo de organização do texto, que é explicado por Azeredo (2010, p. 88) como o “emprego de formas da linguagem com que o enunciador explicita sua intenção de levar o destinatário, ouvinte ou leitor a praticar atos ou atitudes.”

Usaremos as contribuições de três autores a seguir baseando-se na obra de Köche, Marinello e Boff (2009). Jean-Paul Bronckart diz que a opção pela sequência injuntiva para

compor um gênero textual implica o objetivo de querer “fazer agir” o interlocutor numa direção específica, apontada pelo texto. A ação, portanto, visa diretamente ao interlocutor. A prática de tais atos ou atitudes convidados pelo modo injuntivo visam a uma transformação.

A tipologia de base injuntiva, geralmente, emprega períodos curtos e simples, com o intuito de haver clareza das orientações. O pronome de tratamento demonstra neutralidade para o perfil do leitor ou está implícito na terminação verbal. Mas a principal marca verbal é o imperativo, indicando ordem ou aconselhamento, e o uso dos auxiliares *dever*, *poder*, *ter de* ou *ter que*.

Segundo Luiz Carlos Travaglia, como tipo textual, o injuntivo representa um modo de interação, uma maneira de interlocução que se estabelece pela perspectiva do produtor do texto em relação ao objeto do dizer quanto ao fazer/acontecer ou conhecer/saber e quanto à inserção destes no tempo e no espaço.

No texto injuntivo tem-se um processo de interligação que compreende emissor, texto e receptor. O enunciador elabora comandos e/ou sugere a adoção de atitudes ou comportamentos, transmitindo conhecimentos de forma sistematizada com o objetivo de dizer-se a ação requerida, desejada, dizer-se o que e/ou como fazer, incitando-se à realização de uma situação (ação, fato, fenômeno, estado, evento, etc.) por considerá-lo apto a isso. Assim sendo, instaura-se o interlocutor como aquele que realiza aquilo que se requer, ou se determina que seja feito aquilo que se deseja que seja executado ou que aconteça.

Conforme Adriana Letícia Torres da Rosa, na tipologia injuntiva, a linguagem tem uma função social específica, pois é usada por um produtor em razão de permitir ao seu interlocutor executar ou adquirir um conhecimento sobre como realizar uma determinada tarefa.

Quanto ao tempo referencial (o tempo da ocorrência no mundo real em sua sucessão cronológica), o injuntivo caracteriza-se pela indiferença à simultaneidade ou não das situações, e o tempo de enunciação (o momento da produção/recepção do texto que pode ou não coincidir com o referencial) é sempre anterior ao tempo referencial da realização da situação, ou seja, tem-se basicamente o futuro para todas as formas verbais. Todos os subtipos terão essas características. O injuntivo apresenta as seguintes variedades ou subtipos: ordem, pedido, súplica, conselho, prescrição e opção ou volição.

Neste trabalho, optou-se por eleger o subtipo “conselho” para justificar a obra do Marquês de Maricá como injuntiva com base no seguinte quadro de Travaglia:

	Ato de fala	Formação imaginária em termos de hierarquia	Beneficiado	Responsável pela realização da situação	Grau de polidez
Conselho	Diz qual/como é o melhor a fazer	Locutor considera-se com maior experiência que o alocutário	Alocutário	Alocutário	+ Polidez

Fonte: TRAVAGLIA, 1991, p. 49.

Travaglia (1991, p. 48) serve de sustentação para a perspectiva deste estudo da injunção nas máximas do Marquês de Maricá ao introduzir a classificação do subtipo, o qual é identificado como um tipo não independente, uma variedade dentro de uma categoria textual caracterizada por uma forma única, uma natureza diferente. Os subtipos se distinguem por traços e características muito peculiares, ou seja, para cada tipo encontram-se subtipos que são definidos por marcas diversas.

2.6 Estilo e Estilística

A origem da palavra estilo, advinda do latim, designa um instrumento pontiagudo usado pelos antigos para escrever sobre tabuinhas enceradas e por isso passou a designar, metonimicamente, a própria escrita e o modo de escrever. Quando mencionada neste trabalho, a palavra estilo terá o intento de aludir à forma de expressão, ou seja, à escolha entre as alternativas para obter a comunicação, à elaboração do conteúdo e ao conjunto de características individuais que imprimem uma forma peculiar ao texto. Afinal, estilo não é um adereço, mas o traço subjetivo do autor.

“Para o senso comum, um texto é um objeto feito de palavras organizadas segundo regras e estratégias para expressar algum significado pretendido por seu enunciador”, afirma Azeredo (2010, p. 476). Por mais que nem todos tenham essa frase de forma clara e organizada em mente, essa informação é bastante evidente para os enunciadores de um discurso. Entretanto, quando se deseja absorver do texto mais que o significado básico, tem-se a possibilidade de explorar o caminho marcado pelo estilo. Prossegue Azeredo:

Olhar o texto na dimensão de sua elaboração estilística significa apreender sua significação de maneira consciente, como obra da escolha e do arranjo das formas em jogo. Só desse modo podemos ir além da conduta cômoda e superficial de típica passividade leitora, quando normalmente nos contentamos com um suposto reconhecimento de sentido. O que quer que um texto nos comunique é produto de uma construção que mobiliza a palavra em todos os seus aspectos: classe, significado, forma, sonoridade. Só assim a palavra se torna plástica e visível. Para recuperar sua visibilidade e plasticidade na construção do significado, a palavra precisa superar o papel de mera coadjuvante da comunicação e se impor à atenção do interlocutor em outra dimensão: o estilo.

Conceituar o termo estilo é tarefa árdua, já que há definições diversas de estudiosos da língua. É possível encontrar muitas distinções capazes de gerar até um certo conflito para um denominador comum.

Para Karl Beckson e Arthur Ganz (*apud* HENRIQUES, 1998, p. 26, tradução nossa), “o termo estilo pode ser usado como um sinônimo geral para excelência, ou pode, mais especificamente, sugerir que um escritor encontrou um padrão verbal único que precisamente expressa o significado que ele deseja transmitir”.⁵

Indubitavelmente, esse é o ângulo pelo qual se enxerga o estilo e através do qual ele será tratado neste estudo. Quando se usa a palavra *estilo*, faz-se referência a qualquer estilo, que é capaz de agradar ou desagradar, ou seja, é subjetivo o julgamento de cada traço estilístico. Porém, quando se escolhe um autor e busca-se fazer considerações sobre o seu estilo, certamente há admiração pelo estilo adotado. A citação acima revela que estilo é marca de excelência, portanto, significa dizer que é pelo estilo que o autor revela aquilo que tem de melhor e, assim, pode-se dar um destaque positivo ao texto, realçá-lo.

Recorrendo à história do estudo da Estilística, Charles Bally, doutrinador da estilística da língua, converge para as propriedades afetivas da língua que se volta à utilidade da vida

⁵ O texto em língua inglesa é: “Thus, the term style may be used as a general synonym for excellence, or it may, more specifically, suggest that a writer has found the unique verbal pattern that precisely express the meaning he wishes to convey”.

humana. Tal língua, ainda que gramaticalizada e lexicalizada, demonstra-se viva e espontânea, dotada de um sistema expressivo, objeto da Estilística.

Ernesto Guerra da Cal (*apud* AZEREDO, 2010, p. 479) apresenta uma definição de estilo que casa perfeitamente com o que se observa sobre isso na obra do Marquês de Maricá:

Ter estilo não é possuir uma técnica de linguagem, mas principalmente ter uma visão própria do mundo e haver encontrado uma forma adequada para expressar essa paisagem interior. As palavras são, pois, alguma coisa mais que o veículo de comunicação através do qual o artista nos transmite sua mensagem. Por trás dela, implícita, misteriosamente presente, está sua visão total da realidade, sua atitude vital, sua concepção subjetiva do mundo, sua maneira particular de simplificá-lo, de transformá-lo, adaptando à sua personalidade; sua maneira de sentir o mundo, de “pensá-lo”, poderíamos dizer. Sob o estilo verbal está a síntese intransferível das reações intelectivas e emocionais que a realidade provoca no leitor.

Há diversas definições para o conceito de estilo. Tomemos mais algumas que representam bem o estudo feito na obra de referência⁶:

1. “O estilo é compreendido como ênfase (expressiva, afetiva ou estética) acrescentada à informação veiculada pela estrutura linguística sem alteração de sentido. O que quer dizer que a língua exprime e o estilo realça”. (Riffaterre)
2. “O estilo de um texto é o conjunto de probabilidades contextuais dos seus itens linguísticos”. (Archibald Hill)
3. “Estilo é o que está presente nas mensagens em que há elaboração da mensagem por si mesma”. (Jakobson)
4. “Estilo é o conjunto de características formais oferecidas por um texto como resultado da adaptação do instrumento linguístico às finalidades do ato específico em que foi produzido”. (Herculano de Carvalho)
5. “Estilo é a linguagem que transcende do plano intelectual para carrear a emoção e a vontade”. (Mattoso Câmara)

Já se diz há muito que existem diversas formas de se contar uma mesma história. Ao se dizer isso considera-se que cada um tem um olhar para um mesmo fato, seja devido a experiências, sensações, seja a cultura, conhecimento, crenças, etc. Se diversos autores contam o mesmo fato de forma distinta, isso significa que, de cada um, brota a sua individualidade e unicidade. E o estilo demonstra essa caracterização singular do autor através

⁶ Todas essas definições foram extraídas do livro *Introdução à Estilística: a expressividade na Língua Portuguesa*, de Nilce Sant’Anna Martins (2012).

dos recursos verbais no nível léxico, morfológico, sintático e fônico feito pelo enunciador buscando alçar expressividade, afetividade e sensibilidade. A Estilística ocupa-se, justamente, dessa multiplicidade, a qual se manifesta pela particularidade de cada autor, pois um mesmo conteúdo pode ter inúmeras feições.

Pensa-se que o estilo em suas múltiplas definições deriva de incontáveis possibilidades de concretização de um conteúdo, o qual jamais será o mesmo em cada uma das escolhas realizadas. É por isso que certos autores, obras, textos ou trechos impactam tanto a uns e nem tanto a outros. É intrínseca a empatia com cada um desses itens citados, podendo-se admitir causas formais para a identificação, mas também admitindo-se que haja causas psicológicas, psicanalíticas, históricas, sociológicas, literárias, etc. E, inquestionavelmente, pode ser o conjunto aquele que se encarrega ao mistério exercido pela função poética.

Por isso, há uma relação indissociável entre autor, estilo e enunciado e até entre autor, estilo e gênero, conforme afirma Henriques (2018, p. 116):

O enunciado é individual, sendo perfeitamente natural que reflita os traços, gostos e preferências de quem escreve ou fala – qualquer que seja a situação de comunicação por meio de palavras. Os gêneros mais propícios para exemplificar a individualidade da língua no enunciado são os literários. [...] Os domínios discursivos são muitos, são diversos e não mantêm portas completamente fechadas entre si. Por isso, apesar da supremacia do gênero (ou domínio) literário quanto à “expressão da individualidade”, podemos afirmar seguramente que em todos os gêneros há possibilidade de se expressar a individualidade do seu autor (falante, redator).

Acredita-se que estudar língua é também estudar estilo. A estilística da enunciação trata justamente disso: estudar o sistema expressivo inteiro em seu funcionamento. Conforme afirma Amado Alonso (*apud* HENRIQUES 2018, p. 118):

se uma estilística que não se ocupa do lado idiomático é incompleta, uma que queira alcançar seus fins ocupando-se somente do lado idiomático é inadmissível, porque a forma idiomática de uma obra ou de um autor não tem significação a não ser por sua relação com a construção inteira e com o jogo qualitativo de seus conteúdos.

A abordagem estilística é justificável já que, quando o estudo da língua se restringe à gramática normativa, ele atinge apenas uma parcialidade que não abrange as inúmeras potencialidades que a língua é capaz de realizar.

E, ao fazer um trabalho conjunto, é possível, através do sentido denotativo e conotativo, explorar os signos linguísticos. As convenções semânticas estabelecidas permitem, através do sentido denotativo, que haja a troca de informações entre os usuários linguisticamente coincidentes. Esse é o principal sentido da língua. Porém, mais que trocar

informações, os signos linguísticos cumprem a função de transmitir traços afetivos da psique humana, dando à informação um nível adicional de significação, provocando, conseqüentemente, efeitos na linguagem.

É importante ressaltar que Mattoso Câmara Jr., o qual discorreu sobre a Estilística em diversas partes de suas obras, enxerga-a como uma disciplina complementar à Gramática, já que aquela trata a língua como meio de exprimir estados psíquicos (expressividade) ou de influenciar o interlocutor (apelo).

À Estilística cabe a percepção do apreciável através da imaginação, da invenção, da cadência, da delicadeza, da elegância, do inesperado, do desapareço, o que se conhece pelo nome de figuras de linguagem. A essência do estilo caracteriza-se pela escolha. Essa é a chave para alcançar uma produção ímpar que se caracterize por verdadeiros traços estilísticos. A cada opção feita, rejeita-se uma infinidade de outras possíveis. Geralmente, para marcar um estilo, vemos os vocábulos sendo marcados por rigor e precisão.

É importante lembrar que a língua não é homogênea e que as palavras desempenham papéis diferentes no discurso, pois umas são mais adequadas e significativas que outras, gerando imagens mais, ou menos, impactantes, o que dependerá não apenas da escolha lexical, mas também do aspecto pessoal. Há, em volta de determinadas palavras, uma aura de devaneio e emoção que define a sua expressividade. Portanto, é o uso dessas palavras que suscitará a vivacidade ao texto através da criatividade de formar o novo.

Melo (1976, p. 23) diz que “estilo exige conhecimento, gosto, requinte, senso de proporção e adequação, musicalidade, ritmo, novidade, poder de surpresa, constante reinvenção”. Ou seja, o estilo é o ápice da manifestação verbal através da seleção lexical e combinação vocabular. Há de se compreender que, para a Estilística, não existem regras, elas ficam para a Gramática.

É inegável que o belo – que, para os objetivos da Estilística, é sinônimo de expressividade - provoca fascinação na humanidade. O belo evoca o que há de melhor no interior humano, sendo capaz de seduzir o espírito do homem. Portanto, buscar o belo significa encantar, atrair, instigar, inebriar. É preciso que se faça com a palavra o mesmo que se faz para conhecer uma fragrância. Para experimentar a pirâmide olfativa, é necessário deixar a fragrância descansar na pele e permitir-se sentir cada uma das notas: Topo, Coração e Base. E depois concluir sobre a fixação da fragrância. Ou seja, deve-se experimentar a palavra antes de elegê-la, deve-se testar e esperar para concluir se, de fato, irá se acomodar e brilhar. Por isso, Drummond diz que escrever é lutar com palavras. Não basta que se conheçam normas gramaticais, mas há de se ajustar palavras, construções e ritmo. Para tanto, é

necessário bem pensar e ter refinamento para a seleção. Cada item do qual uma obra é composta pode ser um traço de representatividade.

Se há diversos meios de se revelar um mesmo conteúdo, a Estilística ocupa-se de analisá-los. Desse modo, cada gênero terá uma linguagem característica, e, dentro da linguagem que cabe a um gênero específico, haverá inúmeras possibilidades de casamentos vocabulares.

2.7 Estilística da enunciação

Um enunciado nunca será pura e simplesmente uma enunciação, já que nele está inculcado o estilo que se chama “estilística da enunciação”. Portanto, num enunciado pode-se identificar a individualidade.

O gênero textual MÁXIMA nunca será apenas a transmissão de um conteúdo, mas o conteúdo expresso através de uma roupagem que o autor elege. Na máxima, é bastante propícia a caracterização pessoal, apesar de isso não ser demonstrado objetivamente, já que não se usa a primeira pessoa, porém ela está inteiramente imbuída da opinião, visão particular daquele que a compõe.

Valendo-nos dos comentários e citação de Henriques (2018, p. 116) e adaptando-os aos nossos objetivos, podemos dizer que não resta dúvida quanto ao fato de haver um casamento do idioma com o estilo no enunciado, de forma a se tornarem indissociáveis, logo, “uma unidade de comunicação elementar, uma sequência verbal investida de sentido e sintaticamente completa”, conforme Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau e também como Robert Lawrence Trask: “fragmento de fala marcado de algum modo como unidade; por exemplo, por meio de pausas e pela entonação”.

Em atenção à adequação sintática, constata-se que as máximas do Marquês de Maricá cumprem o requisito de construção coerente de períodos e orações, observadas as relações existentes entre seus termos e sua organização; e cumprem igualmente a adequação semântica através da competência na argumentação, realizada pelo autor a partir de uma seleção de opiniões, dados e fatos fundamentados no conhecimento de mundo.

É preciso “bom senso e critério nas escolhas sintáticas”, para a frase, o parágrafo e o texto, já que a adequação sintática “é um instrumento em favor da adequação semântica”, ou seja, “é a realização coerente do que se pretende dizer”. Logo, “a teoria gramatical visa a

estabelecer a relação entre forma das expressões e sua significação”, sustenta Carlos Franchi, mostrando, assim, que é necessário haver uma correlação entre a estrutura sintática e a estrutura semântica.

Diante de um tema a partir do qual se fará nascer um texto, há de se sintonizarem as formas linguísticas às quais o escritor se refere, e, possivelmente, as que o escritor direciona ao leitor, uma vez que o perfil deste seja minimamente conhecido. Reconhece-se que um mesmo autor pode assumir posturas variadas diante do leitor, observa Henriques e ainda afirma:

Todo texto emerge de um gênero e de um tipo de discurso, e a complexidade da cena da enunciação, nesse caso, deve ser igualmente considerada, pois as várias facetas do “eu” enunciador podem agir com complexidade na articulação entre o plano linguístico (as frases propriamente ditas) e o plano textual.

É relevante frisar que o estudo da Estilística abarca a língua falada e a língua escrita. Assim, se as máximas estivessem registradas na memória popular, e não em um livro, como estão, seria igualmente possível fazer o mesmo trabalho com elas. Também se faz necessário mencionar que o estudo das máximas, assim como o da Estilística, abrange áreas diversas de interesse. O conteúdo dos enunciados fraseológicos é abordado por profissionais de diferentes áreas, não apenas de língua. É um tema curioso, instigante e encantador. Quanto mais se investiga, mais se percebe a sua vastidão e mais se sente vontade de mergulhar profundamente nesse campo, já que causa a sensação de que, através do conhecimento e da prática dessa injunção moral, é possível evoluir mental, emocional e até espiritualmente.

3 ESQUADRINHAMENTO DAS MÁXIMAS

3.1 Sobre as máximas do Marquês de Maricá

Os 4188 registros do Marquês de Maricá presentes na obra *Máximas, Pensamentos e Reflexões do Marquês de Maricá* organizado por Sousa da Silveira e publicado em 1958 pela Casa de Rui Barbosa são tratados, genericamente, como máximas no presente trabalho. O próprio título do livro já mostra quão tênue é a escolha do termo exato para designar o conjunto de pequenos textos nele contidos.

As máximas estão dispostas em ordem crescente, do número 1 ao 4188, e não há nenhum tipo de separação entre elas. O organizador declara que compulsou quatro publicações para a composição da obra:

a) Coleção completa das *Máximas, Pensamentos e Reflexões* do II.^{mo} e Ex.^{mo} Marquês de Maricá, natural do Rio de Janeiro, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Dignitário do Cruzeiro, Conselheiro d'Estado e Senador do Império do Brasil. Edição revista e emendada pelo autor, Rio de Janeiro. Publicada e à venda em casa de Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

(Da máxima 1 a 2370, inclusive)

b) *Novas reflexões, máximas e pensamentos* (Laemmert), 1844.

(Da máxima 2371 a 3151, inclusive)

c) *Novas máximas, pensamentos e reflexões* (Laemmert), 1846.

(Da 3152 a 3917, inclusive)

d) *Últimas Máximas, Pensamentos e Reflexões* do Marquês de Maricá. Rio de Janeiro. Em casa de Eduardo e Henrique Laemmert, 1849.

(Edição publicada após a morte do autor, porém não isoladamente e sim, na coleção completa de 1850; máximas 3918 até a última, 4188).

As máximas começam a encantar o leitor pelo emprego de uma linguagem trabalhada de forma descomplicada, onde é possível reconhecer a expressividade da língua, que se destaca por exemplo nas figuras da linguagem e nas escolhas morfossintáticas, ao mesmo

tempo em que transbordam experiências de uma sabedoria que desbanca os vícios e conduz o leitor à conquista de virtudes.

Moisés (1983, p. 206) elenca os assuntos principais abordados pelo Marquês de Maricá em suas máximas, expõe o ponto central da filosofia do autor e o objetivo pretendido. Ele mostra que Maricá adentra profundamente a metafísica e declara abertamente a sua fé viva, incondicional e firme:

Cinco seriam os territórios principais em que as máximas se localizam: 1) doutrina religiosa, 2) doutrina política, 3) doutrina científica, 4) doutrina filosófica, 5) doutrina estética.

[...]o Marquês de Maricá redigia os aforismos pensando na sua efetiva praticidade. É certo que Deus recorre como o núcleo de sua filosofia, entendido leibnizianamente como causa e fim de todas as coisas e atos humanos:

“Vivemos em Deus, com Deus, por Deus e para Deus”. (Máxima 1660);

“Cada um dos mundos existentes no espaço, sendo uma concepção da Sabedoria Divina, não pode deixar de ser perfeitíssimo no seu todo, partes máximas e mínimas para o propósito e o fim a que Deus o destinou no sistema geral do Universo”. (Máxima 3859).

E que, colocado na perspectiva católico-romana, prefigura a vida ultraterrena como destinação natural do Homem uma vez que:

“A nossa vida não se limita à curta existência neste mundo, mas que terá de prolongar-se pela eternidade com variados corpos em inumeráveis mundos, o que implica sistematicamente a existência da alma”. (Máxima 3134)

“Há em nós uma substância imortal e indestrutível, ela constitui o fundo essencial de toda fábrica fenomenal dos nossos corpos”. (Máxima 2974)

Mas também é certo que o seu objetivo máximo, estribado na aliança íntima entre o idealismo religioso e o pragmatismo racionalista, consiste em oferecer ao leitor as doutrinas que lhe possibilitem usufruir em plenitude o dia a dia, sem perder de vista o horizonte sobrenatural.

Inegavelmente, Maricá marcou época com seus escritos, que não se perdem cronologicamente. Pelo contrário, o conteúdo de suas máximas ganha mais valor por passar pelos anos e manter-se incólume. Cita verdades incontestáveis, de forma genuína, reluzente e sucinta a ponto de se tornarem ensinamentos ou quase que instruções práticas que se podem memorizar e eternizar. Reis (2014, p. 275) atesta sobre as máximas:

Invenção engenhosa, elevação e fecundidade de pensamento, critério na escolha dos preceitos, cabedal de instrução moral e filosófica, pureza de linguagem, propriedade de dicção, beleza de forma, tudo se encontra em um grau subido no livro do marquês de Maricá, que é a nossos olhos de um preço inestimável para bem dirigir o homem em qualquer dos estados de vida. Assim, grande foi o serviço, que com ele prestou à humanidade o autor, que corre parselhas em sabedoria com os mais sublimes filósofos moralistas da Antiguidade. Há sobretudo um ponto essencial em que o marquês de Maricá leva decidida vantagem a todos os outros moralistas: é a amplidão aplicável de suas máximas, cuja esfera nele se dilata mais que em nenhum outro sábio antigo ou moderno. O seu livro é como um manancial inesgotável de preceitos formulados para todos os estados e condições sociais; nada do que pode interessar o homem escapa à fecunda perspicácia do autor, cujo vasto espírito parece dominar o mundo moral.

Com o intuito de fazer uma leitura justa sobre a obra, foram constatados pensamentos repetidos, porém sempre apresentados de forma diversa e criativa, explorando o léxico de maneira que se expanda o leque reflexivo do leitor.

3.2 Levantamento temático, estilístico e morfossintático das máximas

Selecionamos 70 máximas de forma aleatória seguindo o critério da escolha pessoal, alternando entre máximas do início, do meio e do fim do livro, as quais não são diferenciadas na obra. Elas estão organizadas de acordo com a ordem numérica crescente respeitando a sequência que consta na produção em questão. Esse *corpus* é apenas uma amostragem já que não é nosso objetivo fazer um levantamento exaustivo de todo o compilado. Optamos, então, por um recorte de análise e reconhecemos que há muitas outras possibilidades de estudo. A intenção é mostrar a pertinência dos escritos de Maricá e sua expressividade através do que se descreve nas páginas seguintes.

As máximas foram classificadas tematicamente segundo a divisão de Massaud Moisés (1983, p. 206) exposta no item anterior: *doutrina religiosa, doutrina filosófica, doutrina política, doutrina científica e doutrina estética*. Também foram relacionadas as *figuras de linguagem* identificadas em cada uma das máximas selecionadas. Foram considerados também os traços morfossintáticos, ou seja, como a máxima se apresenta, se em *período simples* ou se em *período composto*, neste caso adicionando-se a informação sobre o número de orações. Assim, as classificações foram subdivididas em estudos temáticos, estilísticos e morfossintáticos.

Para a identificação das figuras de linguagem em cada uma das máximas foi adotado o critério do uso de *itálico* para marcar a primeira figura de linguagem mencionada; de sublinhado para a segunda; e de **negrito** para a terceira, se assim houver.

Considerações pessoais sobre algumas das máximas selecionadas virão no parágrafo seguinte às máximas, no mesmo item, e então, virão as quantificações e as verificações do estudo.

3.2.1 Máximas selecionadas do Marquês de Maricá:

1. (Máxima 9)

“A modéstia *doura* os talentos, a vaidade *os deslustra*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Metáfora*

Período: Composto (2 orações)

2. (Máxima 16)

“**A intemperança da língua não é menos funesta para os homens que a da gula**”.

Tema: Doutrina filosófica

Figuras: *Litotes* / *Hipálage* (“intemperança da língua dos homens”) / **Símile**

Período: Composto (2 orações – omissão do segundo verbo)

3. (Máxima 18)

“*Nobre e ilustrada é a ambição que tem por objeto a sabedoria e a virtude*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Inversão*

Período: Composto (2 orações)

4. (Máxima 19)

“Quando o povo não acredita na *probidade*, a *imoralidade* é geral”.

Tema: Doutrina política

Figura: *Antítese* / *Homeoteleuto*

Período: Composto (2 orações)

5. (Máxima 30)

“O *moço devasso* pode *emendar-se*, o *velho* vicioso é *incorrigível*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figuras: *Aliteração em S* / *Antítese*

Período: Composto (2 orações)

6. (Máxima 33)

“As desgraças que *vigoram* os homens *probos e virtuosos enervam e desalentam* os *maus e viciosos*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Antítese* / *Homeoteleuto*

Período: Composto (3 orações)

7. (Máxima 37)

“Os tufões levantam aos **ares** os corpos **leves e insignificantes**, e *prostram* em *terra* os **graves e volumosos**: as revoluções políticas produzem algumas vezes os mesmos efeitos”.

Tema: Doutrina política

Figura: *Aliteração em R* / *Aliteração em S* / **Antítese**

Período: Composto (3 orações)

8. (Máxima 42)

“Os homens mais *respeitados* não são sempre os mais *respeitáveis*”.

Tema: Doutrina política

Figura: *Paronomásia*

Período: Simples

9. (Máxima 47)

“O *fraco ofendido desabafa* maldizendo”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Aliteração em F*

Período: Composto (2 orações)

10. (Máxima 50)

“*Os crimes fecundam as revoluções*, e lhes dão posteridade”.

Tema: Doutrina política

Figura: *Metáfora*

Período: Composto (2 orações)

11. (Máxima 51)

“Há homens que parecem **grandes** no *horizonte da vida privada*, e **pequenos** no *meridiano da vida pública*”.

Tema: Doutrina política

Figura: *Metáfora* / *Zeugma* / **Antítese**

Período: Composto (2 orações com omissão de um verbo)

12. (Máxima 55)

“*Os grandes, os ricos e os sábios sorriem-se*: *os pequenos, os pobres e os néscios dão gargalhadas*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Gradação* / *Metáfora*

Período: Composto (2 orações)

13. (Máxima 57)

“A reforma das Constituições agrada a muitos, a *própria* desagrada a todos”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: Aliteração em R / Antítese

Período: Composto (2 orações)

14. (Máxima 61)

“O *Pai de família* é sensível em muitas pessoas: **sofre e goza** simultaneamente em muitas existências e individualidades”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: Antonomásia / Antítese / **Paradoxo**

Período: Composto (3 orações)

15. (Máxima 67)

“**O luxo, como o fogo**, devora tudo e perece de *faminto*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: Assonância em O / Assonância em U / **Símile**

Período: Composto (2 orações)

16. (Máxima 68)

“As *nossas necessidades nos unem*, mas as *nossas opiniões nos separam*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: Aliteração em N e em Ñ / Antítese

Período: Composto (2 orações)

17. (Máxima 70)

“Os benefícios mal empregados se convertem em malefícios”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: Paronomásia / Antítese

Período: Simples

18. (Máxima 71)

“Há muitas ocasiões na vida em que invejamos a irracionalidade dos outros animais”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: Assonância em I / Ironia

Período: Composto (2 orações)

19. (Máxima 74)

“Desprezos há, e de pessoas tais, que honram muito os desprezados”.

Tema: Doutrina política

Figura: *Inversão* / Paronomásia

Período: Composto (2 orações)

20. (Máxima 83)

“*Dão-se os conselhos com melhor vontade do que geralmente se aceitam*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Paradoxo*

Período: Composto (2 orações)

21. (Máxima 94)

“O estudo confere ciência, mas a *meditação originalidade*”.

Tema: Doutrina religiosa

Figura: *Zeugma*

Período: Composto (2 orações – omissão do segundo verbo)

22. (Máxima 104)

“Ninguém é mais adulado que os tiranos: o medo faz mais lisonjeiros que o amor”.

Tema: Doutrina política

Figura: *Hipérbole* / Comparação

Período: Composto (4 orações – omissão do segundo e do quarto verbos)

23. (Máxima 114)

“A *aura popular é como fumaça*, que desaparece em poucos instantes”.

Tema: Doutrina política

Figura: *Símile*

Período: Composto (3 orações – omissão do segundo verbo)

24. (Máxima 119)

“Ninguém *duvida* tanto como aquele que mais *sabe*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Paradoxo*

Período: Composto (2 orações)

25. (Máxima 136)

“Prezamos e avaliamos a vida muito mais no seu *extremo* que no seu *começo*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Antítese*

Período: Composto (2 orações)

26. (Máxima 139)

“A liberdade que *nunca é suficiente* para os *maus* é sempre *sobeja* para os *bons*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Antítese*

Período: Composto (2 orações)

27. (Máxima 156)

“*Ignorância e preguiça* a ninguém *enriquecem*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Metonímia* (Os efeitos da ignorância e da preguiça é que não enriquecem. Troca-se o efeito pela causa).

Período: Simples

28. (Máxima 160)

“A liberdade de *mal* fazer a *ninguém* se deve *permitir*, a de fazer *bem* *sobeja* a *todos*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Antítese*

Período: Composto (2 orações - locução verbal na primeira oração / gramaticalização do verbo *fazer*)

29. (Máxima 173)

“*Nada* se perde ou se inutiliza neste mundo, *nem* os excrementos dos animais, *nem* os erros e disparates dos homens”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Alusão* / Polissíndeto

Período: Composto (2 orações)

30. (Máxima 176)

“*Unir* para *desunir*, *fazer* para *desfazer*, *edificar* para *demolir*, *viver* para *morrer*, eis aqui a sorte e condição da natureza humana”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Paradoxo*

Período: Composto (8 orações)

31. (Máxima 178)

“**Na subversão dos tronos não sofrem menos as cabanas que os palácios**”.

Tema: Doutrina política

Figura: *Antítese* / Inversão / **Comparação**

Período: Composto (2 orações – omissão do segundo verbo)

32. (Máxima 179)

“A ignorância que deverá ser *acanhada, conhecendo-se, é audaz e temerária* porque *se não conhece*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Paradoxo*

Período: Composto (4 orações – locução verbal na primeira oração)

33. (Máxima 180)

“Os maus não nos levam em conta a nossa *bondade e indulgência*, reputam-na *fraqueza*, e tiram argumento para multiplicar as suas *malfeitorias*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Paradoxo*

Período: Composto (4 orações)

34. (Máxima 185)

“A preguiça dificulta, a atividade tudo facilita”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Inversão / Antítese*

Período: Composto (2 orações)

35. (Máxima 186)

“O orgulho é próprio dos homens, *a vaidade das mulheres*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Zeugma*

Período: Composto (2 orações – omissão do segundo verbo)

36. (Máxima 189)

“No *orçamento do juízo humano* acha-se sempre um déficit extraordinário e insanável”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Metáfora / Hipérbole*

Período: Simples

37. (Máxima 190)

“**A imaginação é o paraíso dos afortunados, e o inferno dos desgraçados**”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Zeugma / Homeoteleuto / Metáfora*

Período: Composto (2 orações – omissão do segundo verbo)

38. (Máxima 192)

“Ninguém se agasta tanto do desprezo como aqueles que mais o merecem”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Hipérbole* / Comparação

Período: Composto (2 orações)

39. (Máxima 226)

“O invejoso é tirano e verdugo de si mesmo: ele *sofre* porque os outros *gozam*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Paradoxo*

Período: Composto (3 orações)

40. (Máxima 1862)

“Quando *Deus quer*, o fel se converte em mel”.

Tema: Doutrina religiosa

Figura: *Assonância em E* / Homeoteleuto

Período: Composto (2 orações)

41. (Máxima 1874)

“A ambição tortura e tritura os homens”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Aliteração em T e em R* / Metáfora

Período: Composto (2 orações)

42. (Máxima 1877)

“No grande mercado deste mundo, os erros se vendem por verdades, e os vícios se inculcam por virtudes”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Aliteração em V* / Metáfora

Período: Composto (2 orações)

43. (Máxima 1886)

“Procurais um patrono? tende-lo presente: é Deus, que com *dar muito não empobrece*, e com *durar séculos e milênios não morre*: a sua bondade é infinita e a sua liberalidade inexaurível”.

Tema: Doutrina religiosa

Figura: *Paradoxo* / Zeugma

Período: Composto (9 orações – omissão do nono verbo)

44. (Máxima 1895)

“Não devemos avaliar a nossa felicidade somente pelos *bens* que *gozamos*, mas também pelos *males* que não *sofremos*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Antítese*

Período: Composto (4 orações – locução verbal na primeira oração / omissão do terceiro verbo)

45. (Máxima 1899)

“*Bem-querer e bem-fazer importa muito em bem-viver*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Diácope*

Período: Simples (gramaticalização dos verbos *querer*, *fazer* e *viver*, assumindo a função de substantivo)

46. (Máxima 1902)

“A desconfiança é a *sentinela* da segurança”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Aliteração em S / Antítese*

Período: Simples

47. (Máxima 1905)

“*Os escritos juvenis têm ordinariamente o sabor e a adstringência dos frutos verdes*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Metáfora*

Período: Simples

48. (Máxima 1932)

“O nosso pensamento se *diviniza* quando pensamos na *divindade*”.

Tema: Doutrina religiosa

Figura: *Paronomásia*

Período: Composto (2 orações)

49. (Máxima 2154)

“Homens há que parecem fadados a *trabalhar incansavelmente para se fazerem desgraçados*”.

Tema: Doutrina política

Figura: *Ironia / Inversão*

Período: Composto (4 orações)

50. (Máxima 2157)

“*Homens!* aprendei a vencer-vos e triunfareis de todos”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Apóstrofe*

Período: Composto (3 orações)

51. (Máxima 2160)

“Os moços têm *suficiente força material para destruírem, mas insuficiente perícia intelectual para construírem*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Antítese / Zeugma*

Período: Composto (4 orações – omissão do terceiro verbo)

52. (Máxima 2163)

“O Universo natural e concreto é obra de Deus, *o mundo abstrato criação dos homens e origem de seus maiores erros*”.

Tema: Doutrina filosófica e religiosa

Figura: *Hipérbole / Zeugma*

Período: Composto (2 orações – omissão do segundo verbo)

53. (Máxima 2167)

“**Quantos milhares e milhões** de vidas não custa a manutenção da nossa própria! *vivemos de cadáveres, e nos queixamos da morte!*”

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Metonímia / Inversão / Hipérbole*

Período: Composto (3 orações)

54. (Máxima 2174)

“*A terra verde esmaltada de flores, e o céu azul abrilhantado de estrelas, ambos concordes anunciam e proclamam a glória, magnificência e majestade de seu Criador Onipotente*”.

Tema: Doutrina estética e religiosa

Figura: *Metáfora*

Período: Composto (2 orações)

55. (Máxima 2179)

“*Os legados de engenho e sabedoria deixados ao gênero humano são os mais seguros monumentos para perpetuar a nossa memória e renome nos séculos futuros*”.

Tema: Doutrina filosófica
 Figura: *Metáfora*
 Período: Composto (2 orações)

56. (Máxima 2350)

“*A prudência supre a força que falece na velhice*”.

Tema: Doutrina filosófica
 Figura: *Metáfora*
 Período: Composto (2 orações)

57. (Máxima 2354)

“*Tudo se vende no grande mercado deste mundo, menos juízo, o que falta a muita gente e não sobeja a ninguém*”.

Tema: Doutrina filosófica
 Figura: *Metáfora* / Hipérbole
 Período: Composto (3 orações)

58. (Máxima 2360)

“*Não há melhor *companhia* que a de uma *livraria escolhida**”.

Tema: Doutrina filosófica
 Figura: *Homeoteleuto*
 Período: Simples

59. (Máxima 2362)

“*Quem não tem *juízo* perde o seu e não ganha o alheio*”.

Tema: Doutrina filosófica
 Figura: *Diáfora*
 Período: Composto (3 orações)

60. (Máxima 2600)

“*Os vícios convivem com os crimes e lhes fazem *companhia**”.

Tema: Doutrina filosófica
 Figura: *Metáfora*
 Período: Composto (2 orações)

61. (Máxima 2674)

“*Podemos consolar-nos de ser mortais, não há exceção na lei geral*”.

Tema: Doutrina filosófica
 Figura: *Paradoxo*

Período: Composto (3 orações - locução verbal na primeira oração)

62. (Máxima 2675)

“A morte cura os achaques que a velhice torna incuráveis”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Metáfora* / Antítese

Período: Composto (2 orações)

63. (Máxima 2686)

“Os escritores e artistas têm, como as plantas, um tempo de florescência e frutificação, passado o qual se tornam *estéreis, exaustos e sem novidade atendível*”

Tema: Doutrina estética

Figura: *Gradação* / Comparação

Período: Composto (3 orações – omissão do segundo verbo)

64. (Máxima 2739)

“*São poucos* os homens que chegam à idade dos desenganos, a maior parte falece na dos erros, ficções e ilusões.”

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Inversão* / Gradação

Período: Composto (3 orações)

65. (Máxima 2763)

“Pode avaliar-se o caráter das pessoas pela maneira por que tratam os animais *domésticos, próprios ou alheios*”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Homeoteleuto*

Período: Composto (2 orações – locução verbal na primeira oração)

66. (Máxima 3070)

“Tudo está *vitalizado e figurado* no universo, um átomo infinitésimo não existe sem uma *vida e figura especial*, que o constitui agente e paciente no sistema *universal*”.

Tema: Doutrina científica

Figura: *Homeoteleuto* / Antítese

Período: Composto (3 orações)

67. (Máxima 3344)

“Uma *cabeça* má arruína o corpo inteiro”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Metonímia*

Período: Simples

68. (Máxima 3444)

“O Céu sempre iluminado anuncia e celebra a Glória imortal do Ser Supremo que o criou”.

Tema: Doutrina religiosa

Figura: *Antonomásia* / Metáfora

Período: Composto (3 orações)

69. (Máxima 3538)

“A *virtude* e *sabedoria* têm uma certa rudeza exterior que encobrendo a sua amenidade e benevolência interna não previne em seu favor e aliena a muitos que não as conhecem”.

Tema: Doutrina filosófica

Figura: *Prosopopeia* / Antítese

Período: Composto (5 orações)

70. (Máxima 3990)

“Deus, porque é *incompreensível a todos, compreende tudo*”.

Tema: Doutrina religiosa

Figura: *Paradoxo*

Período: Composto (2 orações)

Observações importantes sobre as máximas selecionadas:

- No número 20 deste item – máxima 83 - há uma *expressão com verbo suporte*. O verbo “dar” funciona como suporte, já que “dar conselho”, uma locução, é o mesmo que aconselhar. Esse verbo tem o significado esvaziado. Ele perde parte de suas características lexicais e assume características gramaticais. A locução ameniza o impacto do ato de fala, atenua o significado e gera um efeito enunciativo.
- No número 29 deste item - máxima 173 - há uma *alusão* às palavras do filósofo Lavoisier em seu dito: “*Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma*”. Em sua máxima, Maricá faz uma comparação implícita dos excrementos dos animais com os erros e disparates dos homens, porém sem se posicionar em relação a um ou outro, mas permitindo ao leitor alcançar que, a partir dos excrementos, produz-se o adubo. Logo, a partir dos erros e disparates, produz-se conhecimento e experiência.

- No número 59 deste item – máxima 2362 - há duas ocorrências para o significado da palavra *juízo* inculcados em uma só menção da palavra: 1^a - juízo = tino, prudência, ponderação; 2^a - juízo = conceito, parecer, opinião.

3.2.1.1. Quantificação das máximas:

3.2.1.1.1 Análise temática:

- Doutrina filosófica – 51 ocorrências;
- Doutrina religiosa – 8 ocorrências;
- Doutrina política – 10 ocorrências;
- Doutrina científica – 1 ocorrência;
- Doutrina estética – 2 ocorrências.

O total da quantificação temática ultrapassa 70 já que, em duas máximas, foi identificada a referência a dois tipos de doutrina.

Houve a predominância temática da doutrina filosófica, na qual o Marquês de Maricá trabalha a ascese, ou seja, ele convida o leitor à efetiva realização de princípios morais, valores e virtudes diante do que declara em suas máximas. É possível identificar referências aos seguintes: fortaleza, temperança, retidão, justiça, prudência, pobreza, obediência, humildade, solidariedade, sabedoria, honestidade, simplicidade, silêncio, disciplina, constância, maturidade, ajuizamento, conhecimento, coragem, diligência, autoconhecimento, tolerância, bondade, altruísmo, generosidade, gratidão, verdade, e ele condena a falta desses na sociedade.

Na doutrina religiosa notamos a fé do Marquês de Maricá no Deus uno, poderoso, magnífico, soberano e eterno, O qual está acima de tudo e todos, mas que nos alcança quando nos deixamos alcançar; um Deus que é fiel, que nos recompensa perante nossas ações e que é capaz de intervir completamente em nossas vidas e circunstâncias. Ele também expressa louvor e gratidão pela obra divina e maravilhosa da qual desfrutamos.

Na doutrina política, percebemos a ênfase à probidade administrativa; a denúncia à desigualdade socioeconômica, às honras por interesse e à desonestidade; a constatação do

impacto que todas as classes sofrem mediante a falta de honestidade dos governantes e das consequências positivas do enfrentamento, e da brevidade da fama popular.

As doutrinas científicas e estéticas foram as menos identificadas nesse estudo, mas é possível notar que o Marquês de Maricá admirava a beleza natural, assim como os animais e toda a criação. Ele reconhecia a complexidade e a perfeição universal evidenciada pela ciência e tecida pelas mãos do Criador, fazendo haver harmonia entre ciência e religião.

3.2.1.1.2 Análise estilística:

Nos estudos estilísticos foram identificadas figuras de linguagem abundantes, sejam fônicas, léxicas, semânticas e sintáticas e, na maioria das máximas, foi constatada a ocorrência de mais de uma figura de linguagem, o que comprova o quanto as máximas estão carregadas de expressividade. A listagem que se segue utiliza o critério de Henriques (2018) na denominação dos grupos de figuras:

Figuras fônicas:

- Aliteração: 8 ocorrências;
- Assonância: 3 ocorrências;
- Diáfora: 1 ocorrência;
- Homeoteleuto: 7 ocorrências;
- Paronomásia: 4 ocorrências.

Figuras léxicas:

- Antonomásia: 2 ocorrências;
- Comparação: 4 ocorrências;
- Díacope: 1 ocorrência;
- Metáfora: 16 ocorrências;
- Metonímia: 3 ocorrências;
- Prosopopeia: 1 ocorrência;
- Símile: 3 ocorrências.

Figuras sintáticas:

- Inversão: 7 ocorrências;
- Hipálage: 1 ocorrência;
- Polissíndeto: 1 ocorrência;
- Zeugma: 7 ocorrências.

Figuras semânticas:

- Antítese: 19 ocorrências;
- Apóstrofe: 1 ocorrência;
- Gradação: 3 ocorrências;
- Hipérbole: 6 ocorrências;
- Ironia: 2 ocorrências;
- Lítotes: 1 ocorrência;
- Paradoxo: 10 ocorrências.

Uma pequena seleção de exemplos comentados servirá para atestar a expressividade das máximas:

- (Máxima 71)

“Há muitas ocasiões na vida em que invejamos a irracionalidade dos outros animais”.

Temos nessa máxima uma ocorrência de *ironia* já que somos humanos, logo, racionais e superiores aos outros animais por sermos mais evoluídos e dotados de raciocínio. E como podemos invejar os outros animais? Uma vez que temos a capacidade de fazer escolhas, e não agimos de modo inconsciente como os animais, muitas vezes fazemos más escolhas, e sabendo que as estamos fazendo. O animal, não, ele é sempre fiel ao instinto.

- (Máxima 2675)

“A morte cura os achaques que a velhice torna incuráveis”.

A *metáfora* existe pelo fato de que, na verdade, a morte não cura os achaques da velhice, mas ela finaliza todas as funções vitais, sendo assim, a doença deixa de existir junto com o corpo no qual o ser habitava.

E a *antítese* se revela na contrariedade dos termos *cura / incuráveis* sendo enfatizada pela ideia de uma morte curativa, diferente da visão humana de que a morte é o fim, uma derrota diante da doença.

- (Máxima 3344)

“*Uma cabeça má arruína o corpo inteiro*”.

Há, para o termo *cabeça*, o sentido de cérebro, mente, já que é esse que comanda o corpo todo. Assim, afirmamos que há uma *metonímia* pelo fato de o cérebro estar contido na parte do corpo que denominamos como cabeça.

A *metáfora* e a *antítese* foram as figuras predominantes nas máximas analisadas. Na *metáfora* o autor atinge um potencial enfático pelo uso de um conceito que seja próprio de um domínio de conhecimento diferente do que ele aplica; na *antítese*, o autor obtém, através de termos de significação oposta, um relevante efeito de sentido através da contrariedade, já que essa denota a força presente em cada um dos polos.

3.2.1.1.3 Análise morfossintática:

Foi atestada a prevalência de períodos compostos com duas orações ocupando a extensão de uma linha. A incidência de orações coordenadas foi equivalente à de orações subordinadas, ressaltando que as orações coordenadas assindéticas iniciais não foram computadas, assim como as orações principais em relação às orações subordinadas.

Esses dados contribuem para o caráter lacônico e integral, ou seja, o Marquês de Maricá foi capaz de condensar carga semântica equivalente a um pensamento acabado utilizando poucas palavras na maioria das máximas.

Classificação dos períodos e quantidade de orações:

- Período simples: 9 ocorrências;
- Período composto com duas orações: 38 ocorrências;
- Período composto com três orações: 14 ocorrências;

- Período composto com quatro orações: 6 ocorrências;
- Período composto com cinco orações: 1 ocorrência;
- Período composto com oito orações: 1 ocorrência;
- Período composto com nove orações: 1 ocorrência.

Classificação das orações:

- Orações coordenadas: 51 ocorrências;
- Orações subordinadas: 52 ocorrências.

Extensão das linhas:

- Uma linha: 38 ocorrências;
- Duas linhas: 26 ocorrências;
- Três linhas: 6 ocorrências.

Uma outra pequena seleção de exemplos comentados servirá para atestar as opções do Marquês de Maricá quanto aos recursos morfossintáticos:

- (Máxima 2521)

“Acumulai riqueza, a morte vos forçará a deixá-la; ciência, podeis levá-la na bagagem de vossa alma”.

- Modo verbal: Imperativo afirmativo;
- Número e pessoa: 2ª pessoa do plural;
- Locução verbal indicando permissividade;
- Dois períodos compostos por coordenação;
- Número de orações: Cinco (há uma elipse verbal do verbo “acumular” no segundo período);
- Ordem das orações: Direta.
- Classificação das orações: Oração Coordenada Assindética + Oração Coordenada Assindética + Oração Coordenada Assindética + Oração Coordenada Assindética;
- Extensão: Duas linhas;

- Uso de vírgulas para recurso expressivo e ausência de conectivos e conjunções.
- Substantivo “bagagem” – sentido conotativo.

• (Máxima 2526)

“Sentimos satisfação no que fazemos por devoção, e coação no que executamos por obrigação”.

- Tempo e modo verbal: Presente do Indicativo;
- Número e pessoa do verbo: 1ª pessoa do plural;
- Período composto por coordenação e subordinação;
- Número de orações: Quatro (há uma elipse verbal do verbo “sentir” no segundo período);
- Ordem das orações: Direta;
- Classificação das orações: Oração Principal + Oração Subordinada Substantiva Completiva Nominal + Oração Coordenada Adversativa + Oração Subordinada Substantiva Completiva Nominal;
- Extensão: Duas linhas;
- Uso da conjunção “e” com valor adversativo;
- A segunda parte segue a mesma estrutura da primeira e as palavras possuem semelhança fônica.

• (Máxima 2528)

“As verdades não fazem seitas, são os erros, fábulas e disparates, que as constituem”.

- Tempo e modo verbal: Presente do Indicativo;
- Número e pessoa do verbo: 3ª pessoa do plural;
- Período composto por coordenação e subordinação;
- Número de orações: Três;
- Ordem das orações: 1ª – Direta / 2ª – Inversa / 3ª – Direta. A inversão da segunda oração se dá como efeito estilístico na concepção do que é uma seita;

- Classificação das orações: Oração Coordenada Assindética + Oração Coordenada Assindética + Oração Subordinada Adjetiva Explicativa;
- Extensão: Duas linhas.

3.3 Efeito discursivo das máximas

Com o intuito de ratificar o efeito discurso presente nas máximas do Marquês de Maricá, voltamo-nos à *Retórica*. Essa foi descrita por Aristóteles (384 – 322 a.C.) e entendida como um tratado sobre a arte da palavra. Ela tem por base o estudo da linguagem não enquanto “código”, mas como “discurso”, ou seja, aquilo que se produz através de um “ato de enunciação concreto”. Assim sendo, o foco da retórica é alcançar a melhor forma para argumentar a determinado público, sem que tenha, necessariamente, a finalidade da persuasão, mas, anteriormente, a do ensinamento.

Julgamos, assim, primeiramente, o Marquês de Maricá como um grande orador, cumprindo as suas máximas a função retórica, uma vez que se mostram capazes de serem lidas e recebidas por diferentes tipos de perfil de leitor mantendo uma adequação subjetiva. Por isso podemos dizer que é adaptável a diversos públicos, sejam os específicos, ou o público em geral; apropriada para o século XVIII/XIX, quando viveu o autor, assim como continua sendo no século XXI.

Prosseguimos tendo como finalidade certificar a sublimidade na obra do Marquês de Maricá, para isso recorremos a Dionísio Longino (2015, p. 36). O autor diz que o sublime é “o cume e a excelência dos discursos” e que “o extraordinário não leva os ouvintes à persuasão, mas ao êxtase”, traduzindo um “efeito de choque, de estupefação, um estado que pode ser de terrífico espanto ou de exaltante deslumbramento”. Nessas palavras encontramos a identidade da produção discursiva do Marquês de Maricá uma vez que essa nada tem de ordinário, sendo uma obra ímpar na literatura brasileira.

E o autor continua dizendo que “a escolha dos elementos mais extremos e a sua ligação numa unidade alcançou a excelência”. Eis aqui a identificação com a *Antítese*, uma das figuras mais encontradas nas máximas do Maricá, o que também é pertinente para a identificação com a *Metáfora*. A sublimidade, como diz Marta Isabel de Oliveira na Introdução de Longino (2015, p. 24), “não implica necessariamente o uso de vocábulos

solenes e grandiosos, mas admite, de acordo com o critério de expressividade, o emprego de palavras de uso corrente e vulgar”, exatamente como atestamos nas máximas.

Ainda baseados na obra de Longino, elencamos cinco fontes de competência para produzir discursos sublimes, advertindo que, anteriormente a elas, e como fundamento delas, deve estar a capacidade de expressão, condição prioritária. O autor ressalta que as duas primeiras são inatas, as outras resultam da arte:

- 1^a) Capacidade de conceber pensamentos elevados;
- 2^a) Uma emoção forte e cheia de entusiasmo;
- 3^a) Construção de figuras – de pensamento ou de linguagem;
- 4^a) Escolha de vocábulos e uma linguagem elaborada;
- 5^a) Composição digna e elevada – colocação das palavras, dos membros da frase e dos períodos numa ordem.

Reconhecemos, assim, que o Marquês de Maricá manifesta as habilidades descritas acima com maestria, o que o faz alcançar um alto padrão no âmbito linguístico e literário.

CONCLUSÃO

As máximas de Maricá são, sobretudo, instruções para a vivência humana, na convicção de que são fórmulas que facilitam o dia a dia, os relacionamentos, são fonte de experiência e são também análises terapêuticas comuns aos seres humanos sem que seja necessário sentar-se num divã. Elas são instruções sobre questões humanas sempre remetendo a virtudes, valores, princípios morais, normas sociais e comportamentais.

Seus pensamentos são revestidos de expressividade, marcando o estilo próprio do autor, o qual é repleto de sutilezas, polidez e de figuras de linguagem que enobrecem as suas máximas. Ele apresenta um perfil conciso, enérgico, nobre e sem pecar pela inutilidade, mas sobressaindo-se pela excelência.

O Marquês de Maricá se faz um com outros: *“Um homem pode saber mais do que muitos, porém nunca tanto como todos”* (máxima 256); mostra bom uso de sua liberdade: *“Há muitas ocasiões em que a mesma prudência recomenda o aventurar-nos”* (máxima 265); sabe enxergar vantagem nas adversidades: *“Um desengano oportuno corresponde a um benefício importante”* (máxima 270); e proveito em ser esperançoso: *“A esperança descobre recursos, a desesperação os renuncia”* (máxima 276).

O autor mostra a benesse de arrepender-se: *“O arrependimento, se não repara o feito, previne a reincidência”* (máxima 427); denuncia as pompas: *“O que há de melhor nos grandes empregos é a perspectiva ou a fachada com que tanta gente se embeleza”* (máxima 435); certifica que a felicidade é sinônimo de bondade: *“Os que asseveram que os maus são ou podem ser felizes, não têm noções claras da genuína felicidade”* (máxima 437); e questiona as incoerências humanas: *“Se a vida é um mal, por que temos de morrer; e se é um bem, por que a abreviamos nos nossos vícios?”* (máxima 440)

O literato Marquês de Maricá observa os cuidados que devemos ter em falar o que pensamos: *“Se fôssemos sinceros em dizer o que sentimos e pensamos uns dos outros, em declarar os motivos e fins das nossas ações, seríamos reciprocamente odiosos e não poderíamos viver em sociedade”* (máxima 745); avalia os que de tudo reclamam: *“Há pessoas que dizem mal de tudo para inculcar que prestam muito”* (máxima 762); faz referência à insatisfação humana: *“Nenhum tempo e nenhum lugar nos agrada tanto como o tempo que não existe, e o lugar em que não estamos”* (máxima 763); e declara que o

dinheiro é o deus de muitos: “*Não obstante a extinção do paganismo, ainda há muita gente que adora a Deusa Fortuna*” (máxima 771).

Diante das inúmeras definições observadas, optamos por considerar a máxima como uma proposição evidente por si mesma, de caráter moral, que não necessita ser experimentada. Refere-se ao homem de forma geral e não consta de ritmo memorizante e estrutura bimembre, como os provérbios. Tem autor identificado e não vive na memória popular. O sentido metafórico se faz bastante presente. É culta, concisa e precisa, aplicável a qualquer era em que se viva.

Concluimos que o estudo das máximas do Marquês de Maricá permite um aprofundamento da discussão temática de caráter filosófico, moral e pedagógico e contribui para o campo dos estudos estilísticos, morfossintáticos e ainda outros que não constam neste trabalho, como a intertextualidade e o levantamento lexical.

Há uma aplicabilidade vastíssima em suas máximas a ponto de fazer do Marquês de Maricá um sábio de seu tempo, como seus próprios contemporâneos atestaram. Sua obra é fonte inesgotável de receitas para os diversos estados de vida e patamares sociais. Os seus textos são pequenos e perfeitos, neles há brevidade aliada à completude de ideias, onde estão agregados todos os componentes que interessam ao Homem, trazendo perspicácia e profundidade. Ao abrir o livro em uma página qualquer, defronta-se com inúmeras verdades marcada pelos traços estilísticos, as quais fluem num ritmo leve.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução da 1 ed. coordenada e revista por Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALVAREZ, Maria Luisa Ortiz. *Expressões idiomáticas do português e do espanhol de Cuba: estudo contrastivo e implicações para o ensino de português como língua estrangeira*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Estudos de Linguagem, UNICAMP, 2000. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIT/269747>. Acesso em 10 out. 2020.
- ALVAREZ, Maria Luisa Ortiz. A língua (gem) nossa de cada dia: o componente fraseológico no ensino de línguas próximas (ELE e PLE). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LÍNGUA ESPANHOLA, 1., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Instituto Cervantes, 2009. p. 494-520. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es>. Acesso em 10 out. 2020
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 39. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BECHARA, Evanildo. *Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.
- BÍBLIA, A.T. Gênesis. Português. *Bíblia. Sagrada*. Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous pelo Centro Católico Bíblico. 75. ed. São Paulo: Ave-Maria, 1993. Cap. 1.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira da Língua Portuguesa, 1996.
- DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: 14 jul. 2019.
- DICIONÁRIO Aurélio da Língua Portuguesa. Disponível através do aplicativo *ColorDict*.
- DE MASI, DOMENICO. *Alfabeto da sociedade desorientada: para entender o nosso tempo*. Tradução de Silvana Cobucci e Frederico Carotti. 1. ed. São Paulo: Objetiva, 2017.
- FEITOSA, Mayara Oliveira. *Unidades fraseológicas em marchinhas de carnaval: contribuições para o ensino de português língua estrangeira*. São Cristóvão: RI/UFS, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br>. Acesso em: 08 set. 2020.
- FONSECA, Heloisa da Cunha. Fraseologismos zoônimos: elaboração de base de dados português/francês. In: SIMPÓSIO NACIONAL E INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA, 2., 2011, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 1-11.
- GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 27 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. Era uma vez um livro... Breve história da Moderna Gramática Portuguesa, de Evanildo Bechara. In: SANTOS, Denise Salim; BARBOSA, Flávio de Aguiar; HUE, Sheila (org.). *O sentimento da língua: homenagem a Evanildo Bechara – 90 Anos*. 1 ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2020.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Estilística e discurso: estudos produtivos sobre textos e expressividade*. Rio de Janeiro: Altabooks, 2018.

HENRIQUES, Claudio Cezar. O cânone linguístico-literário na Moderna Gramática Portuguesa. *Revista Idioma*, Rio de Janeiro, v. 20, 1998, p. 25-34, jan./dez. 1998.

HENRIQUES, Claudio Cezar. Parênteses em Mutações: variantes dos provérbios como recurso expressivo. *Revista Linha d'Água*, São Paulo, v. 27, n. 2, 2014, p. 37-52, jul./dez. 2014.

HOAUISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo 1- A época colonial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1960. v. 2.

KÖCHE, Vanilda Salton; MARINELLO, Adiane Fogali; BOFF, Odete Maria Benetti. Os gêneros textuais e a tipologia injuntiva. *Caderno Seminal Digital*, ano 15, v. 11, p. 5-24, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LA ROCHEFOUCAULD, François de. *Reflexões ou sentenças e máximas morais*. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. 1 ed. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2014.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

LONGINO, Dionísio. *Do sublime*. Tradução do grego, introdução e comentário Marta Isabel de Oliveira Várzeas. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário de literatura portuguesa e brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1969.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística: a expressividade na Língua Portuguesa*. 4. ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora, 1976.

MOISÉS, Massaud. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983. v. 1.

OLIVEIRA, Maria L. G. *provérbios.com: o saber dos antigos no novo milênio*. Natal: EDUFRN, 2013.

PAES, José Paulo; MOISÉS, Massaud (org.). *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1967.

REIS, Francisco Sotero de. *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira: fundamentos teóricos e autores brasileiros*. Roberto Acízelo de Souza org. 1. ed. Rio de Janeiro: Caetés, 2014.

REMOR, Carlos Augusto Monguilhott. *A nobreza das máximas: do marquês ao barão*. Santa Catarina: UFSC, 1996.

SHLEGEL, Friedrich. *O dialeto dos fragmentos*. Tradução, apresentação e notas de Márcio Suzuki da Universidade de São Paulo. São Paulo: Iluminuras, 1997.

SILVA, José Pereira da. *Ensaio de fraseologia*. Rio de Janeiro: CIFEFIL; Dialogarts, 1998.

SILVEIRA, Sousa da. *Máximas, pensamentos e reflexões do Marquês de Maricá*. [S.l.]: Ministério da Educação; Cultura Casa de Rui Barbosa, 1958.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil*. Tese (Doutorado) – IEL, Unicamp, 1991.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1915. Disponível em: <https://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 04 abr. 2020.

VIEIRA, Francisco Eduardo. *A gramática tradicional : história crítica*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.